



Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

## TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

## Eventos

201

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MELKI JUNIOR, RONALD AMARAL SHARP JÚNIOR E SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 26/06/2018 e arquivado em 26/06/2018

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/132126-2

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

51

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132126-2 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218195 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DAFD0F1F6BE86105B10B5DD6ABD4E2B7E07F516EDD1F68EB1CEE5FE4DDD07CB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/51





## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 32.000.116/0001-79

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Parecer sobre o Desempenho Operacional - ATMAR) e uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2017 com 12,2 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 54,1%, segundo a ANATEL (1). Na Banda Larga encerramos 2017 com uma base de 3,3 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 3,4% em relação a 2016. A planta de TV da Oi fechou 2017 com 1,01 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 139% em relação a 2016. (\*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixo foi de 31/12/2017.

registrou EBITDA negativo de R\$ 1.054 milhões em 2017, um decréscimo de 134,2% em comparação com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2017 com um prejuízo líquido de R\$ 4.334 milhões, representando um aumento no prejuízo da Companhia de 26,2% em relação a 2016.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, tomadores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2017.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

	2017	2016	Var. %
PLANTA REGIÃO I	12.170	12.780	-4,8%
FIXA	7.904	8.554	-7,5%
BANDA LARGA	3.258	3.371	-3,4%
TV	1.008	856	179%

Em milhares

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	657.113	816.498	1.402.504	2.944.417
Aplicações financeiras	9	577	67.779	7.060	95.567
Instrumentos financeiros derivativos	3		378.477		378.477
Contas a receber	10	3.304.807	3.382.087	3.783.154	6.384.176
Estoques		77.717	1.380	66.610	264.908
Tributos correntes a recuperar	11	145.314	367.360	170.256	647.126
Outros tributos	12	576.991	365.490	281.610	808.330
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	870.125	1.168.350	184.435	273.401
Depósitos e bloqueios judiciais	13	262.370	202.373	324.685	336.581
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			90	705
Demais ativos		1.321.728	1.089.057	816.436	1.255.582
		7.195.865	13.712.612	7.442.296	13.475.888
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras	9			84.729	155.218
Instrumentos financeiros derivativos	3		1.168.313		1.168.313
Ativo financeiro disponível para venda	31 (i)	89.198	84.044	103.500	89.198
Créditos com partes relacionadas	24	651.822	861.805	865.628	5.094.761
Tributos diferidos a recuperar	11		363.313		716.349
Outros tributos	12	315.814	415.103	322.296	442.368
Depósitos e bloqueios judiciais	13	2.862.370	2.785.719	2.933.892	3.893.411
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			3.774	3.813
Demais ativos		239.040	88.845	122.821	259.519
Investimentos	14	8.048.392	8.288.530	8.312.032	122.438
Imobilizações	15	12.408.533	11.872.581	11.728.055	21.007.335
Intangível	16	265.328	443.171	690.809	2.300.146
		25.090.465	24.930.879	26.531.559	33.827.803
<b>Total do ativo</b>		32.287.130	32.303.491	33.983.955	46.224.022
				46.043.469	42.887.717
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		3.708.720	2.364.751	1.281.601	6.654.926
Empréstimos e empréstimos com partes relacionadas		322.675	194.684	239.872	746.073
				5.355.092	5.182.166
				556.355	491.378

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
<b>Receitas de vendas e outros serviços</b>	4	7.665.270	9.298.084	19.946.302	20.787.012
<b>Custo dos bens e outros serviços vendidos</b>	5	(6.882.989)	(7.690.850)	(13.310.415)	(13.774.752)
<b>Lucro bruto</b>		813.581	1.607.234	6.635.887	6.992.260
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	14	(201.735)	421.234	(1.091)	1.392
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>					
<b>Despesas com vendas</b>	5	(1.576.210)	(1.649.181)	(3.976.149)	(3.634.254)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	5	(814.918)	(999.699)	(2.175.963)	(2.432.095)
<b>Outras receitas operacionais</b>	6	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.703
<b>Outras despesas operacionais</b>	6	(5.286.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		(6.045.355)	(717.224)	(5.011.149)	(1.023.388)
<b>Provisões financeiras</b>	7	3.873.029	499.330	4.874.435	1.407.395
<b>Despesas financeiras</b>	7	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.318.525)	(1.868.002)
<b>Resultado financeiro</b>	7	1.490.309	(1.750.345)	553.910	(481.206)
<b>Prejuízo antes das tributações</b>		(4.555.046)	(2.467.559)	(4.453.239)	(1.506.595)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
<b>Corrente</b>	8	(125.852)	(48.545)	(728.283)	(397.806)
<b>Diferido</b>	8	409.355	(687.812)	847.677	(151.246)
<b>Prejuízo do exercício</b>		283.504	(736.357)	119.384	(1.910.852)
<b>Prejuízo atribuído aos controladores</b>		(4.271.512)	(3.203.928)	(4.333.855)	(3.417.647)
<b>Prejuízo atribuído aos não controladores</b>		(4.271.512)	(3.203.928)	(4.271.512)	(3.203.928)
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (PS)</b>	22(i)	(12.40)	(5,30)	(12,40)	(9,30)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
<b>Atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		(4.555.046)	(2.467.559)	(4.453.239)	(1.506.595)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa</b>					
<b>Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias</b>		919.426	142.385	1.381.872	(788.546)
<b>Depreciação e amortização</b>		2.002.421	2.247.061	3.969.232	4.105.515
<b>Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa</b>		241.013	154.743	630.591	529.853
<b>Provisões</b>		4.508.315	536.977	4.810.183	817.383
<b>Ajuste a valor presente (Nota 1 e 7)</b>		(3.184.388)		(3.261.008)	
<b>Provisão para fundos de pensão</b>		23		130	101
<b>Equivalência patrimonial</b>		201.739	(421.234)	1.091	(1.392)

Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	849.136	849.097	850.559	849.136	849.097	850.559
Autorizações e concessões a pagar	18		55.804		20.306	77.421	911.930
Programa de refinanciamento fiscal	19	115.114	31.877	30.945	131.660	48.542	35.739
Provisões para fundos de pensão	23				55	301	252
Provisões	20	155.138	176.907	293.613	352.713	287.514	398.782
Demais obrigações	21	435.066	262.832	177.778	1.446.799	1.697.520	1.206.249
		16.921.217	15.103.844	6.150.601	24.512.790	22.192.312	12.712.806
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	3.884.642	3.517.061	11.415.590	9.344.851	8.248.073	12.903.151
Tributos diferidos a recolher	11	419.861	353.435		-500.110	826.327	
Outros tributos	12	355.727	338.714	327.377	828.150	898.119	798.084
Autorizações e concessões a pagar	18				604	4.073	6.607
Programa de refinanciamento fiscal	19	223.046	217.825	239.273	260.649	265.630	279.696
Provisões para fundos de pensão	23				330	93	36
Provisões	20	2.886.521	1.479.853	1.332.306	3.877.053	2.308.547	1.568.800
Demais obrigações	21	1.780.514	1.207.359	1.278.073	1.222.780	1.291.528	1.394.971
		9.550.311	7.114.247	14.592.619	16.034.527	13.842.330	16.951.344
Patrimônio líquido							
Capital social	22	11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092
Reservas de capital		255.807	1.667.378	1.667.378	255.807	1.667.378	1.667.378
Reservas de lucro			1.270.767	3.626.060		1.270.767	3.626.060
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
Outros resultados abrangentes		8.568	6.854	(41.736)	8.568	6.854	(41.736)
Prejuízos acumulados		(6.018.885)	(4.429.711)	(3.581.078)	(6.018.885)	(4.429.711)	(3.581.078)
		5.815.602	10.085.400	13.240.736	5.815.602	10.085.400	13.240.736
Participação dos não controladores	22				(138.896)	(76.553)	(17.169)
Total do patrimônio líquido		5.815.602	10.085.400	13.240.736	5.676.706	10.008.847	13.223.567
Total do passivo e patrimônio líquido		32.287.130	32.303.491	33.983.956	46.224.023	46.043.489	42.887.717
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016							
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
		Controladora		Consolidado			
		2016		2016			
		(Reapresentado)		(Reapresentado)			
		2017	2017	2017	2017		
Prejuízo do exercício		(4.271.512)	(3.203.826)	(4.333.855)	(3.417.447)		
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"			86.872		86.872		
Perda atuarial relesca		(356)	(309)	(356)	(309)		
Variação de participação de investimentos		1.949	(8.541)	1.949	(8.541)		
Resultado abrangente antes dos impostos		(4.269.919)	(3.125.904)	(4.332.262)	(3.339.425)		
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:							
Contabilidade de "hedge"			(29.537)		(29.537)		
Perda atuarial relesca		121	105	121	105		
Total do resultado abrangente do exercício		(4.269.798)	(3.155.336)	(4.332.141)	(3.368.857)		
Resultado abrangente atribuído ao controlador		(4.269.798)	(3.155.336)	(4.269.798)	(3.155.336)		
Resultado abrangente atribuído ao não controlador				(62.343)	(213.521)		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Operações de instrumentos financeiros derivativos			973.875		973.875
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(110.454)	(138.675)	(588.022)	(630.923)	
Atualização monetária de provisões	284.920	301.961	500.274	383.145	
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal		6.598	5.536	9.558	8.918
Dividendos prescritos			(1.479)		(1,479)
Outros		153.387	(53.410)	232.732	(62.204)
		790.334	1.360.015	4.314.612	3.952.430
Mutações patrimoniais					
Contas a receber		(183.725)	220.314	(201.981)	(495.275)
Estoques		(46.531)	29.360	108.672	(58.279)
Tributos		520.854	(309.984)	107.245	(230.048)
Aplicações financeiras mantidas para negociação		(4.105)	(223.624)	(536.660)	(1,490.729)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação		4.718	290.216	727.304	1,506.886
Fornecedores		175.461	278.463	42.917	(1,080.782)
Salários, encargos sociais e benefícios		20.495	(68.203)	(46.674)	(96.853)
Provisões		(149.725)	(272.930)	(331.174)	(462.581)
Outras contas ativas e passivas		(75.500)	(106.333)	14.984	1,065.150
		261.942	(162.721)	(115.377)	(1,343.421)
Encargos financeiros pagos		(90.621)	(404.344)	(76.929)	(889.350)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa		(47.679)	(38.759)	(266.161)	(197.790)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros		(126.152)	(124.500)	(192.736)	(172.216)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		1.060.076	1.163		
		795.624	(566.440)	(533.826)	(1,259.356)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		1.847.900	630.854	3.663.409	1,349.653
Atividades de investimentos					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(1,048.973)	(1,408.608)	(3,568.085)	(2,579.607)
Créditos com partes relacionadas - Liberações			(197.846)		(4,207.247)
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos			25.035	963	584.962
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível		48	130.936	11	133.988
Depósitos e bloqueios judiciais		(95.221)	(265.405)	(178.013)	(469.362)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais		99.687	136.226	166.613	200.853
Aumento/Redução dos investimentos permanentes			(99)		12.088
Aumento de capital em controladas			(348.787)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(1,944.459)	(1,929.548)	(3,578.511)	(6,324.505)
Atividades de financiamentos					
Captações líquidas de custos		55.442	1,933.084	45.569	8,589.865
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing			(1,191.356)	(31.031)	(2,480.310)
Autorizações e concessões		(66.915)		(68.405)	(204.778)
Programa de refinanciamento fiscal		(71.425)	(26.052)	(103.339)	(31.206)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(9)	(22)	(9)	(22)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(82.907)	715.654	(157.215)	5,873.649
Variação cambial sobre equivalentes de caixa		81	(2.966)	565	(154.850)
Fluxo de caixa do exercício		(179.385)	(586.006)	(71.752)	743.947
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final		637.113	816.498	2.944.417	3.016.169
Saldo inicial		816.498	1,402.504	3.016.169	2,272.222
Variação no exercício		(179.385)	(586.006)	(71.752)	743.947
DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA					
Transações não caixa					
		Controladora		Consolidado	
		2016		2016	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
		2017	2017	2017	2017
Compensação de depósitos judiciais contra provisões		52.038	68.213	67.467	93.244
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)		584.055	836.087	978.780	1,478.552
Aumento de capital em controladas			(382.325)		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

continua

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. continua →



-5- continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores											Total da participação dos acionistas não controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Reservas de capital				Reservas de lucro			Ação em transações de capital e variações de percentagens de participações		Outros resultados abrangentes				
	Capital social	Ação na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados						
Em 1 de janeiro de 2016 (anteriormente apresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	16.821.814	(17.169)	16.821.814	
Ajustes								(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	(3.581.078)	(17.169)	(3.596.247)	
Em 1 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	13.240.736	(17.169)	13.223.567	
Aumento de capital em controladores												154.137	154.137	
Ganho de contabilidade de "hedge"											57.335		57.335	
Perda atuarial retiliza											(204)		(204)	
Variação de participação de investimentos											(8.541)		(8.541)	
Prejuízo do exercício								(3.203.926)			(3.203.926)	(213.521)	(3.417.447)	
Realização da reserva de investimentos							(2.355.293)	2.355.293						
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	1.004.567	(4.429.711)	(90.980)	6.854	10.085.400	(76.553)	10.008.847	
Perda atuarial retiliza											(235)		(235)	
Variação de participação de investimentos											1.949		1.949	
Prejuízo do exercício								(4.271.512)			(4.271.512)	(62.343)	(4.333.855)	
Realização de reserva de ação na subscrição de ações		(1.038.525)						1.038.525						
Realização de reserva de doações e subvenções			(373.046)					373.046						
Realização de reserva legal					(245.441)			245.441						
Realização de reserva de incentivos fiscais						(20.759)		20.759						
Realização de reserva de investimentos							(1.004.567)	1.004.567						
	11.661.092		254.136	1.671				(5.018.865)	(90.980)	8.568	5.815.602	(138.896)	5.676.706	
Em 31 de dezembro de 2017	11.661.092			255.807				(5.018.865)	(90.980)	8.568	5.815.602	(138.896)	5.676.706	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. INFORMAÇÕES GERAIS:** A Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Telemar"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("OI" ou "Controladora"). A Telemar é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (juntos no Sesi 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações. A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III. Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas localidades locais e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios da que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio do Circulo Deliberativo, postergar novamente a assinatura dos contratos, desta vez, para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circulo Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura dos novos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017. Em 29 de junho de 2017, a ANATEL informou, por meio de ofício, que não mais realizaria as alterações nos contratos de concessão desta oportunidade. Assim, até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, há ainda a oportunidade de revisão em 31 de dezembro de 2020. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 799/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado da prestação do STFC, portanto, se aprovada na forma que está proposta, é possível uma alteração de contrato de concessão fora da data de 31 de dezembro de 2020. Ao longo dos anos, a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como para avaliar a nossa capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelas Creditor e posterior homologação pelo juiz competente a ANATEL, nesse contexto, passou a acompanhar a situação

Público do Estado do Rio de Janeiro. Em 10 de outubro de 2017, os membros do Conselho de Administração da Oi aprovaram, por maioria, a nova versão do PRJ. Em 11 de outubro de 2017, as Recuperandas apresentaram uma nova versão do PRJ, conjunta e consolidada, perante o Juízo da Recuperação Judicial, a ser deliberado em AGC nas datas mencionadas acima, assim como o laudo do avaliador independente. Em 20 de outubro de 2017, atendendo aos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou o adiamento da AGC para os dias 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação. Em observância ao prazo previsto no artigo 36 da Lei nº 11.101/2005, o Juízo da Recuperação Judicial, diante de um requerimento feito pelo Administrador Judicial determinou o adiamento da data da AGC, que se realizaria no dia 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, para o dia 10 de novembro de 2017, tendo sido mantida a data de 27 de novembro de 2017 para a realização da AGC em segunda convocação. Em 9 de novembro de 2017, atendendo a novos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou novamente o adiamento da AGC para os dias 7 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 8 de dezembro de 2017, se necessário, e 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário. Novamente, em 29 de novembro de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial determinou o adiamento da AGC para o dia 19 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 20 de dezembro de 2017, se necessário, e em 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário. No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a AGC foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017. Em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi. A referida decisão foi publicada em 5 de fevereiro de 2018, dando início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ, o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018, exceto para detentores de "bonds", cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018. No contexto da operação da recuperação judicial, certos saldos de ativos e passivos consolidados aumentaram em resultado da entrada em recuperação judicial de algumas empresas do Grupo Oi e consequente suspensão do pagamento de determinadas obrigações financeiras. Os principais saldos de ativos e passivos consolidados impactados foram: caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber referente a serviços prestados de forma recíproca entre as operadoras de telefonia, fornecedores e empréstimos e financiamentos. No decorrer da preparação do PRJ a Companhia realizou um conjunto significativo de reuniões para a avaliação dos negócios operacionais e indicadores financeiros e realizou um conjunto de discussões com credores e parceiros abrangidos pelo PRJ. Este trabalho preparatório foi alongado na medida da complexidade e dimensão dos negócios da Companhia, da existência de um elevado número de processos e procedimentos operacionais e financeiros com impacto nas operações usadas pela Administração e na quantidade e diversidade de informações usadas. A Administração da Companhia identificou por conta do processo da recuperação judicial, bem como na preparação do PRJ a existência de delinquências em alguns desses

gras, diretas e indiretas, Oi Móvel Telecel, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (COPAR 4), Copart Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (COPAR 3), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (PTIF) e O Brasil Holdings Cooperativa U.A. – Em Recuperação Judicial (O.B.H.) (em conjunto com a Companhia, as “Empresas OI”), pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Oi e pelos órgãos societários competentes. Conforme amplamente divulgado ao mercado, as Empresas OI vinham empreendendo esforços e realizando estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. As Empresas OI, considerando os efeitos decorrentes de situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por possíveis penhoras ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas OI, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas OI, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas OI, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas OI. O ajustamento do pedido de recuperação judicial foi feito em um prazo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continua trabalhando para consultar nos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuam sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas OI e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi vem mantendo normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturais que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes. Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York (Corte de Falências dos Estados Unidos) deferiu o pedido de tutela provisória requerido pela Oi, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como “Devedoras”) nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos. A decisão da tutela impede os credores de incutir ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindir os contratos em stentis regiões pelas leis dos Estados Unidos nos quais as Devedoras sejam parte. Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordem reconhecendo, com relação a Oi, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL – United Nations Commission on International Trade Law – sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.J. 2006 N° 1030) (“Ordens de Reconhecimento”). As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Oi, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016. Em 23 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Juízo da Recuperação Judicial) deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas OI. A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas OI determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) ou “Plano” fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público Interpôs agravo do instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial. Em 21 de julho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falências dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos. Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Oi. Os acionistas também autorizaram a administração da Oi a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas OI, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data. Em 22 de julho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessora Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro e o Escritório de Advocacia Arnaldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o “Administrador Judicial”) das Empresas OI. Quanto ao relatório do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de concessão do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 1 de setembro de 2016 as Empresas OI protocolaram o PRJ no qual foram estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas OI, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas a superação da atual situação econômico-financeira das Empresas OI e a continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) reestruturação e equalização de seu passivo, (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos, e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente. Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas OI (“Primeira Lista de Credores”). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi conforme a Primeira Lista de Credores somou aproximadamente R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a “Habilitação de Crédito”) ou “a habilitação” se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência (a “Divergência”), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016. Em 2 de março de 2017 o Juízo de Cumprimento de Sentença – Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação a Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil. Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem adotadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, o PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data. Tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 18 de março de 2017, o PRJ ajuizado foi apresentado em juízo no dia 11 de outubro de 2017. Em 31 de março de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessora Empresarial Ltda. por sua função de administrador financeiro pelo Consórcio SBCOPO, o qual decidiu a nomeação. Assim, em 10 de abril de 2017, o Escritório de Advocacia Arnaldo Wald foi nomeado como único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas OI. Conforme divulgado nas informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2017, o Administrador Judicial rejeitou a Primeira Lista de Credores e, após revisar a mesma, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências apresentadas por credores publicada no Edital de 29 de maio de 2017 (“Relatório de Credores”). A partir da publicação da Relação de Credores, tiveram início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas imputações à Relação de Credores (a “Imputação”) e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a “Objecção”). Em 23 de agosto de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial designou a Relação da Assembleia Geral de Credores (AGC) para os dias 1 e 2 de outubro de 2017, em primeira convocação, e 23 de outubro de 2017 (segunda convocação). Em 27 de setembro de 2017, foram as últimas negociações visando a aprovação do PRJ, e tendo em vista aspectos procedimentais relacionados à realização da AGC, os credores puderam acionar em alterações no sistema de votação, as Empresas OI solicitaram ao Juízo da Recuperação Judicial a suspensão da AGC para os dias 23 de setembro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação. O Juízo Tal requerimento foi deferido no mesmo dia pelo Juízo da Recuperação Judicial, segundo manifestações favoráveis do Administrador Judicial da Recuperação Judicial e do Ministério

de Atuação. A Administração não possui qualquer intenção de alterar o conteúdo do PRJ. Por fim, esse trabalho permitiu à Administração concluir que não deveria existir impacto no Fluxo de Caixa do Plano de Recuperação Judicial e processo de concordância com credores (Nota 2.b). As propostas de pagamento do PRJ das Empresas OI são as adotadas no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, o qual foi apresentado em 22 de dezembro de 2017 pelo Administrador Judicial, nos autos do processo eletrônico nº 120371-1/2016.8.19.0001, disponível para consulta no endereço eletrônico da Oi ([www.oigrupojudicial.com.br](http://www.oigrupojudicial.com.br)) e no site do Tribunal de Justiça ([www.tjrrj.jus.br](http://www.tjrrj.jus.br)), e que seguem abaixo resumidas, mas que devem ser lidas em conjunto com o PRJ propriamente dito. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o disposto no PRJ. Programa para Acordo com Credores. Em 23 de junho de 2017, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, seria iniciado o programa para acordo com credores das Empresas OI constantes da Relação de Credores do administrador judicial, publicada em 25 de maio de 2017 (“Credor OI” e “Programa para Acordo com Credores” ou “Programa”), respectivamente, cuja participação foi efetuada mediante acesso à plataforma [www.oigrupojudicial.com.br](http://www.oigrupojudicial.com.br). O Programa para Acordo com Credores previa, para o Credor OI cujo crédito fosse inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo OI, de 90% do valor objeto do programa, mediante aceitação do acordo pelo Credor OI sendo os 10% do crédito remanescente recebíveis após a homologação do PRJ, a serem pagos no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores. O Credor OI cujo crédito fosse superior a R\$ 50.000,00 também teria o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberia uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante aceitação do acordo pelo Credor OI no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores e o excedente do crédito seria pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores OI participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa. O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 3 de dezembro de 2017. O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 366 milhões para o pagamento dos créditos cadastrados no âmbito do Programa. Créditos Concursuais Agências Reguladoras. A Companhia entende que a imposição pela ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial. A Companhia entende que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o montante de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cálculo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado) contra o Grupo Oi, dos quais vinha-se reconhecendo como provável para contingências os montantes de R\$ 1.933.108 e R\$ 2.019.382, respectivamente individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 (Nota 20). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos dispêndios apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço. Cumpre ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurge-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos agravos de instrumento nº 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0060963.13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 26 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia. Ressalta-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre a concursalidade dos créditos da ANATEL, a Companhia chamou de pedra a elaboração de mais três parcelas de empréstimos justras negociadas, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial. A ANATEL se insurge, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial por meio do agravo de instrumento nº 0057446-63.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos de sua imputação de crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial ratificou o entendimento sobre a concursalidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador César Augusto Rodrigues Costa, Relator na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedido parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários tributizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes de sua cobrança e as respectivas multas punitivas por infrações tributárias. Atualmente aguarda-se o julgamento do agravo interposto pela ANATEL contra a referida decisão, bem como o julgamento do mérito recursal pela 3ª Câmara Cível. Sobre a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Conflicto de Competência nº 154.377-PR, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL, deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial por meio de recurso próprio. Além dos recursos citados, a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 0048971-21.2017.8.19.0000, contra a decisão que manteve, sem apreciar no mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador César Augusto, da 3ª Câmara Cível, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência, para determinar a suspensão da aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.9 e seguintes e 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ, que então não foram apresentadas pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Cai, no todo modo, monitorou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL, e foi aprovado pela Assembleia Geral dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado no dia 8 de janeiro de 2018 pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A ANATEL também interps o agravo de instrumento nº 335593-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a Relação da Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL, de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido, atualmente aguarda-se o julgamento do agravo interposto pela ANATEL pela 3ª Câmara Cível. O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual resolveu homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concursuais Agências Reguladoras, o que inclui créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 8,7 bilhões em 30 de junho de 2018: (i) Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral do União (AGU), em 240 parcelas e quarenta por cento, a partir de 30 de junho de 2018, da seguinte forma: (i) da 1ª a 60ª prestação 0,160%, (ii) da 61ª a 120ª prestação 0,330%, (iii) da 121ª a 180ª prestação 0,500%, (iv) da 181ª a 239ª prestação 0,560%, e (v) a 240ª prestação o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementada, caso necessário, em moeda corrente. A partir daí, em subsequência, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão compostas de acordo com a variação SELIC. Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem líquidos até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3 do PRJ, modalidade geral de pagamento, de créditos concursais. O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia emitir a nova, agora igual que vinha a ser paga, no sentido de equalizar os créditos de agências reguladoras não tributários e sujeitos ao Plano

continua ->



\* continuação

# TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Destaque-se, contudo, que a ANATEL, interpôs o agravo de Instrumento nº 001068-32/2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento. Desta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo Oi se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os Créditos Concursuais Agências Reguladoras (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo Oi na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Propostas de Pagamento do PRJ - aprovado em AGC, em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018: Os Credores do Grupo Oi passaram a ser credores de dívida(s) emitida(s) pela Recuperanda que era a sua respectiva devedora original. Plano para Credores: Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para pagamento aos Credores do Grupo Oi, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site [www.rejud.org.br](http://www.rejud.org.br). Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ deverá prevalecer o PRJ. Note-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, considera-se, para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, a data da publicação da decisão de homologação judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, no diário oficial, da decisão de primeiro grau concessiva de Recuperação Judicial, ocorrida em 8 de janeiro de 2018, tendo sido publicada no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo. Classe I – Credores Trabalhistas: O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo. Regra geral: será feito o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, serão pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido. Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações: • Será feito o pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo. • Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor. O pagamento dos Credores Trabalhista sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo. Crédito da Fundação Atlântico: • Será feito pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano. • Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros. INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal. Classe II – Créditos com Garantia Real: Os credores da Classe 2 serão pagos conforme abaixo: O credor receberá o valor da dívida original, constado na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo. O pagamento do principal será feito da seguinte forma: • 72 meses de carência da principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano; • O principal será pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72º	0,0%
73º a 132º	0,33%
133º a 179º	1,67%
180º	1,71%

• 4 anos de carência de Juros: Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal. Classes III e IV – Credores Quirografários e ME/EPP: A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ: Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano. Credores Quirografários e ME/EPP com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), poderão optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos conexos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha de opção de pagamento. Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe 3 e 4 de titularidade dos Credores Quirografários serão pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

• Será feito o pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado; • Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada; • Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor. Credores Quirografários e ME/EPP que não forem pagos nas formas previstas acima poderão optar por pagamentos em apenas uma das formas a seguir descritas, limitadas a um montante máximo por oferta. Opção de Reestruturação 1: • Parte dos Créditos da Classe 3 e 4 será representada em R\$ pelo valor dos Créditos Classe 3 e 4 que escolherem esta opção, até o limite máximo de R\$ 10.000.000,00, podendo escolher uma das seguintes opções: (i) reestruturação dos créditos; (ii) debentures privadas, ou (iii)

OPEX e CAPEX do ano anterior; ou (iii) R\$ 5 bilhões. • Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo. Aumentos de Capital – Novos Recursos Respeitado o direito de preferência dos adquirentes, e atendendo as condições precedentes descritas no item a seguir, a Recuperanda se obriga a realizar o Aumento de Capital – Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000. O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações da Oi em circulação no dia útil imediatamente anterior ao aumento de capital. Será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações de emissão da Recuperanda aos investidores identificados no Contrato de "Backstop", que se comprometeram a prontamente fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital, conforme definido no mencionado Contrato de "Backstop". Delimitados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados no Contrato de "Backstop". Obrigações Adicionais e outras situações relevantes: Restrição a Pagamentos de Dividendos: O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nas hipóteses previstas no Plano. As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma: (i) até o 5º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 5º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante. Suspensão de Obrigações: Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concursuais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursuais a serem reconhecidos e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"): • Pessate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente; • Restrição a Pagamento de Dividendos. As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos). Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelar os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltarão a ser aplicáveis. Condições Precedentes: O PRJ, no anexo da cláusula 4.3.3.5, estabelece um conjunto de condições precedentes resolutivas e suspensivas que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados até a efetiva conversão dos créditos em títulos de Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração não tem conhecimento de que exista qualquer descumprimento destas condições. Alienação de Bens do Ativo Permanente: O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo esforços no sentido da alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação. Recuperação Social: O PRJ, no anexo da cláusula 7.1, lista um conjunto de operações societárias que a Administração pode implementar com vista a otimizar e incrementar os resultados da Companhia, contribuindo para o cumprimento das obrigações do PRJ. Em 1 de março de 2018 foi concluída a incorporação da Oi Internet na Oi Móvel. Empresas subsidiárias da Companhia: As participações deidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2017	Indireta 2017	Direta 2016	Indireta 2016
Oi Móvel S.A.	Telefonia móvel – Região II	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Administradora Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Copart 4 Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SERDE - Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de Rede	81,43%		81,43%	
Rede Conecta - Serviços de Rede S.A. ("Rede Conecta")	Serviços de Rede		100%		100%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
BT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BT Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
Oi Internet S.A. ("OI Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Oi Paraguay Comunicações SPRL ("OI Paraguay")	Tráfego de dados		100%		100%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet WiFI		100%		100%
VEX Venezuela C.A.	Internet WiFI		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet WiFI		40%		40%
VEX USA Inc.	Internet WiFI		100%		100%

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132126-2 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218195 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DAFD0F1F6BE86105B10B5DD6ABD4E2B7E07F516EDD1F68EB1CEE5FE4DDD07CB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 7/51

Tempo	Atividade	Direta		Indireta	
		2017	2018	2017	2018
0 a 10%					
11 a 20%					
21 a 30%					
31 a 40%					
41 a 50%					
51 a 60%					
61 a 70%					
71 a 80%					
81 a 90%					
91 a 100%					
101 a 110%					
111 a 120%					
121 a 130%					
131 a 140%					
141 a 150%					
151 a 160%					
161 a 170%					
171 a 180%					
181 a 190%					
191 a 200%					
201 a 210%					
211 a 220%					
221 a 230%					
231 a 240%					
241 a 250%					
251 a 260%					
261 a 270%					
271 a 280%					
281 a 290%					
291 a 300%					
301 a 310%					
311 a 320%					
321 a 330%					
331 a 340%					
341 a 350%					
351 a 360%					
361 a 370%					
371 a 380%					
381 a 390%					
391 a 400%					
401 a 410%					
411 a 420%					
421 a 430%					
431 a 440%					
441 a 450%					
451 a 460%					
461 a 470%					
471 a 480%					
481 a 490%					
491 a 500%					
501 a 510%					
511 a 520%					
521 a 530%					
531 a 540%					
541 a 550%					
551 a 560%					
561 a 570%					
571 a 580%					
581 a 590%					
591 a 600%					
601 a 610%					
611 a 620%					
621 a 630%					
631 a 640%					
641 a 650%					
651 a 660%					
661 a 670%					
671 a 680%					
681 a 690%					
691 a 700%					
701 a 710%					
711 a 720%					
721 a 730%					
731 a 740%					
741 a 750%					
751 a 760%					
761 a 770%					
771 a 780%					
781 a 790%					
791 a 800%					
801 a 810%					
811 a 820%					
821 a 830%					
831 a 840%					
841 a 850%					
851 a 860%					
861 a 870%					
871 a 880%					
881 a 890%					
891 a 900%					
901 a 910%					
911 a 920%					
921 a 930%					
931 a 940%					
941 a 950%					
951 a 960%					
961 a 970%					
971 a 980%					
981 a 990%					
991 a 1000%					



-2- continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e acionistas da Telemar Norte Leste S.A. - em Recuperação Judicial, Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. - em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações auditivas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telemar Norte Leste S.A. - em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos atenção para Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 4.333.855 mil (R\$ 4.271.512 mil na controladora), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 119.18.600 mil (R\$ 9.724.552 mil na controladora). Conforme apresentado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições juntamente com a necessidade de manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juiz da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2018 e o atendimento das condições precedentes à conversão de dívidas em ações como definido no referido plano, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está assessorada em relação a este assunto. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades decorrentes de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se necessário, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: 1) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. 2) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia da execução dos controles internos da Companhia e suas controladas. 3) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. 4) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. 5) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. 6) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, de êxito da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018. KPMG Auditores Independentes - CPC SP-0144280-6 F-RJ, Luis Cláudio França de Araújo - Contador CRC RJ-0815580-4.

Id: 2113939

## AGUAS DE NITERÓI S/A.

CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

ATA DE AGE REALIZADA NO DIA 29/12/17: LOCAL, HORA E DATA: No dia 29/12/17, às 8:00 horas, na sede social à Rua Marquês de Paraná, nº 110, Centro, Niterói/RJ; CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO: 22/12/17; na página 10; MESA: Sr. Cláudio Bechara Abuduche, Presidente e Sr. Marcelo Augusto Raposo da Mota, Secretário, ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: Observados os impedimentos legais, com a acionista presente representando 95% do capital votante, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Aprovação da transferência, no valor de R\$ 27.900.000,00, da conta de "Reserva de retenção de lu-

ÇÃO-Ediais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20/12/17 na página 2, dia 21/12/17 na página 5 e no dia 22/12/17 na página 12 e no Jornal Monitor Mercantil, no dia 20/12/17 na página 4, dia 21/12/17 na página 10 e no dia 22/12/17 na página 10; MESA: Sr. Cláudio Bechara Abuduche, Presi-

dente e Sr. Marcelo Augusto Raposo da Mota, Secretário, ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: Observados os impedimentos legais, com a acionista presente representando 95% do capital votante, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Aprovação da transferência, no valor de R\$ 27.900.000,00, da conta de "Reserva de retenção de lu-

Id: 2113938

→ continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Destaque-se, contudo, que a ANATEL, através do agravo de instrumento nº 001068-32.2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referência autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento. Desta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo Oi se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os créditos concursais. Agência Reguladora (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo Oi na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, Proposta de Pagamento do PRJ - aprovado em AGC, em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018: Os Credores do Grupo Oi passarão a ser credores de dívida(s) emitida(s) pela Recuperanda que era a sua respectiva devedora original. Plano para Credores: Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para pagamento aos Credores do Grupo Oi, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site [www.rejud.com.br](http://www.rejud.com.br). Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ deverá prevalecer o PRJ. Note-se que, conforme definido no Anexo I.1 do PRJ, considera-se, para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, a data da publicação da decisão de homologação judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, no dia 8 de janeiro de 2018, de primeiro grau concessiva da Recuperação Judicial, ocorrida em 8 de janeiro de 2018, tendo sido publicada no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo. Classe I - Credores Trabalhistas: O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo: Paga-se: será feito o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, serão pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido. Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações: Será feito o pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado ao Juízo. Se o depósito for inferior à dívida litigada pelo Grupo Oi, o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor. O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo. Crédito da Fundação Almirante: Será feito pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano. Juratização monetária: 5 anos de carência de juros. INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros atualizados monetariamente capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal. Classe II - Créditos com Garantia Real: Os credores da Classe 2 serão pagos conforme abaixo: O credor receberá o valor da dívida original, constado na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juratização monetária conforme abaixo: O pagamento do principal será feito da seguinte forma: 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano; O principal será pago em 106 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72	0,0%
73 a 132	0,33%
133 a 179	1,67%
180	1,71%

4 anos de carência de juros. Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescida de 2,943372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente no valor do principal. Classes III e IV - Credores Quirografários e ME/EPP: A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ: Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano. Credores Quirografários e ME/EPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), poderão optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe 3 e 4 de titularidade dos Credores Quirografários serão pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual da deságio da tabela abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada: Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor. Credores Quirografários e ME/EPP que não foram pagos nas formas previstas acima poderão optar por pagamentos em apenas uma das formas a seguir indicadas: Suspensão e em qualquer ordem em data: Decisão da Recuperação Judicial 1: a) Parte dos Créditos

OPEX e CAPEX do ano anterior; ou (ii) R\$ 5 bilhões. Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo. Aumentos de Capital - Novos Recursos Respeitado o direito de preferência dos acionistas, e atendendo as condições precedentes descritas no item a seguir, a Recuperanda se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000. O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações da Oi em circulação no dia 01 imediatamente anterior ao aumento de capital. Será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações de emissão da Recuperanda aos investidores identificados no Contrato de "Backstop", que se comprometeram a prontamente fornecer ou obter compromissos firmes da garantia da subscrição integral do aumento de capital, conforme definido no mencionado Contrato de "Backstop". Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados no Contrato de "Backstop". Obrigações Adicionais e outras situações relevantes: Restrição à Pagamentos de Dividendos: O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno da capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nas hipóteses previstas no Plano. As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma: (i) até o 6º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada de Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante. Suspensão de Obrigações: Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concursais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursais a serem renegociados e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"): a) Resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excepcional; b) Restrição à Pagamento de Dividendos. As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos ocorridos ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos). Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelar os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltarão a ser aplicáveis. Condições Precedentes: O PRJ, no anexo da cláusula 4.3.3.5, estabeleceu um conjunto de condições precedentes resolutivas e suspensivas que precisam ser verificadas ou tornadas e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados até à efetiva conversão dos créditos em títulos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração não tem conhecimento de que exista qualquer descumprimento dessas condições. Alienação de Bens do Ativo Permanente: O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo o trabalho no sentido de alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação. Descaptação Societária: O PRJ, no anexo da cláusula 7.1, lista um conjunto de operações societárias que a Administração pode implementar com vista a otimizar e incrementar os resultados da Companhia, contribuindo para o cumprimento das obrigações do PRJ. Em 1 de março de 2018 foi concluída a incorporação da Oi Móvel na Oi Móvel. Empresas subsidiárias da Companhia: As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2017	Indireta 2017	Direta 2016	Indireta 2016
Oi Móvel S.A.	Telefonia móvel - Pagão II	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Adquire Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Paggo Adquire")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Administradora Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Copart 4 Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SEDEFE - Serviços de Rede S.A. ("Seredo")	Serviços de Rede	81,43%		81,43%	
Rede Conecta - Serviços de Rede S.A. ("Rede Conecta")	Serviços de Rede		100%		100%
Brazil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
BT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BT Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Brazil Telecom Cell Center S.A. ("BT Cell Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
Oi Internet S.A. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Oi Paraguay Comunicações S.R.L. ("Oi Paraguay")	Tráfego de dados		100%		100%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet; VDI		100%		100%
VEX Venezuela S.A.	Internet; VDI		100%		100%



Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10 <sup>o</sup>	0,0%
11 <sup>o</sup> a 20 <sup>o</sup>	2,0%
21 <sup>o</sup> a 30 <sup>o</sup>	5,7%
31 <sup>o</sup>	5,9%

• A taxa de juros será (i) correspondente à taxa anual de 80% do CDI para os créditos em reais, e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros serão capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66<sup>o</sup> mês da Homologação do Plano; • Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo. Opção de Reestruturação 2: • Os credores que optaram por esta modalidade de pagamento terão seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observado o limite máximo de USD 850.000.000,00. • 60 meses de carência de principal; • O principal será pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10 <sup>o</sup>	0,0%
11 <sup>o</sup> a 20 <sup>o</sup>	2,0%
21 <sup>o</sup> a 30 <sup>o</sup>	5,7%
31 <sup>o</sup>	5,9%

• Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66<sup>o</sup> mês da Homologação do Plano, sendo que: • durante o período de carência de principal serão pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes serão capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros serão pagos semestralmente. • Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo; • e cessão de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da O. Reestruturação dos "Bonds": Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados: • Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD500.000.000,00. • Designo de 57%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal. • Carência do Principal 6 anos a partir da homologação do Plano. • O principal será equivalente a 50% dos créditos dos "bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 12 <sup>o</sup>	0,0%
13 <sup>o</sup> a 18 <sup>o</sup>	4,0%
19 <sup>o</sup> a 22 <sup>o</sup>	12,66%
23 <sup>o</sup>	12,70%

• Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 78<sup>o</sup> mês contado da homologação judicial do Plano. Reestruturação dos "Bonds" qualificados: • Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, sendo que receberão o seguinte: Ações ordinárias emitidas pela Oi e deidas pela PTIF; O Um pacote com: • Novas "Notes"; • Novas Ações Ordinárias I; e • Bônus de Subscrição. • Razões de troca: para cada USD664.573,96: o 8.137 ações ordinárias emitidas pela Oi e deidas pela PTIF, o Novas "Notes", emitidas ao preço global de USD145.262, o qual compreende o valor de face de USD130.000 e um prêmio de emissão de USD15.262; o 119.017 Novas Ações Ordinárias I; o 1.155 Bônus de Subscrição. OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferências de emissão da Oi é de 25.760.902. • As Novas "Notes" serão emitidas em múltiplos de USD1.000, e terão o valor de face máximo de R\$ 6.300.000,00, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100,16745. O Vencimento, 7<sup>o</sup> ano após a sua data de emissão. O Principal será pago em parcela única com vencimento no 84<sup>o</sup> mês após a data de emissão; Juros: pode acontecer de uma das duas formas abaixo: • 10% ao ano, pagos semestralmente; ou • Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 36<sup>o</sup> mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4<sup>o</sup> ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente. • As Novas Ações Ordinárias I serão deidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos. O Serão emitidas até 1.756.054.163 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário entre R\$ 6,70 e R\$ 7, de modo que o montante total será entre R\$ 11.756.562.892,10 e R\$ 12.292.379.141. • Bônus de subscrição: serão emitidos até 135.061.069 Bônus de Subscrição. Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral: Esta oferta será aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atingirem seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos. • Juros: atualização monetária. • TR ao ano em caso de créditos quinquenais: os que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. • Sem juros em caso de créditos quinquenais que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros. • A Recuperanda terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados. • Limite de pagamento: R\$ 700.000.000,00, subtraído o valor dos créditos concursais que foram reestruturados de outra forma nos termos do plano. Credores Fornecedores Parcelais: • Credores Fornecedores Parcelais, fornecedores de bens e/ou serviços que mantiveram termos e condições pactuados anteriores à data do julgamento do pedido da Recuperação Judicial, terão seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo Oi pagos até o limite de R\$ 150 mil, em até 20 dias úteis contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 mil, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% em caso de créditos em reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de saldos em Dólares Norte-Americanos ou Euros. Créditos de partes relacionadas: Créditos referentes a mútuos realizados entre as empresas Recuperadas do Grupo Oi, mútuos estes realizados com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperandas, serão pagos conforme descrição abaixo: • O principal será pago a partir do 20<sup>o</sup> ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas. • Juros: atualização monetária: TR para créditos "intercompany" em reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. Sem juros para créditos "intercompany" em Dólares Norte-Americanos ou Euros. As Empresas Oi poderão convencionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas estabelecido na forma da Lei, Geração de Caixa Excessante ("Cash Sweep"): Os Credores Quinquenais, MEIEPP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo Oi com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições: • No primeiro 5 anos: • Os Credores Quinquenais do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos, que excederem US\$ 200 milhões. • A partir do 6<sup>o</sup> ano após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo. • O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre (i) 25% da soma de

Empresa	Atividade	Direta 2017	Direta 2016	Indireta 2016
Bryophyta SP Participações S.A.(i)	Investimentos em propriedades	0,20%	0,20%	
(i) A Oi Móvel alienou as ações que detinha da Bryophyta SP Participações S.A. para a Oi. As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:				
Companhia AIX de Participações (AUX)	Tráfego de dados	50%	50%	
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financeira		50%	50%
Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar")	Operação de Satélites	19,04%	19,04%	
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras		29,90%	29,90%

Continuidade das operações: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reafirmada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Releida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Adicionalmente o Conselho de Administração da Companhia tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no PRJ. Além disso, foi contratado um avaliador independente para emitir laudo de avaliação da viabilidade econômico-financeira das empresas Recuperandas no âmbito do PRJ, em consonância com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial. O Laudo de Viabilidade econômico-financeira emitido encontra-se arquivado nos autos de RJ. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, conforme relatado em manifestação protocolada nos autos de RJ em 10 de abril de 2018 por "Bondholders" qualificados que já optaram pela conversão dos seus créditos em ações de Companhia na forma da Clausula 4.3.3.2 do Plano, não apenas as Recuperandas, mas também importantes credores têm trabalhado em conjunto para cumprir satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitas no âmbito do processo de recuperação judicial. Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes resolúveis ou suspensíveis incluídas no PRJ. Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido é de R\$ 5.676.706 (R\$ 5.815.602 na controladora), o prejuízo líquido do exercício é de R\$ 4.333.855 (R\$ 4.271.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo é de R\$ 11.916.600 (R\$ 9.724.552 na controladora). Em 31 de dezembro de 2016, o total do patrimônio líquido representado é de R\$ 10.008.847 (R\$ 10.085.400 na controladora), o prejuízo líquido do exercício representado é de R\$ 3.417.777 (R\$ 3.203.926 na controladora) e o capital circulante líquido negativo representado é de R\$ 8.716.424 (R\$ 7.731.232 na controladora), vide Nota 27. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas. (a) Base de elaboração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do plano. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c). Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2016 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017 tendo divulgado os impactos estimados a registrar em 2016 na Nota 27. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da Recuperação Judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37). Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicações em 31 de dezembro de 2016. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB – "International Accounting Standards Board" e também de acordo com as pronunciações, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciações Contábeis e aprovadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2017, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016. Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos princípios e benefícios desta transação permanecerem na controladora. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo divulgadas, o que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. (b) Representação dos valores referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e data-base de 1 de janeiro de 2016: A Administração da Companhia identificou, por conta do processo de recuperação judicial, bem como na preparação do Plano de Recuperação Judicial a existência de distorções em alguns controles de processos operacionais e financeiros e a oportunidade de obter melhores informações das entidades envolvidas no processo de recuperação judicial (Nota 1). Atendendo à existência de informações apropriadas para a conclusão do teste de avaliação do PRJ pela maioria dos credores e aos efeitos das distorções identificadas pela Administração no âmbito da Preparação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia está representando, nessas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos comparativos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2016 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir os seguintes ajustes: (a) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (CPC 01 RI (IAS 36). Com a aprovação e homologação do PRJ (Nota 1), a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 RI (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora). (b) Reconhecimento de tributos diferidos (CPC 32 / IAS 12 e ICMV 371/2002). Em decorrência das projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 1.683 milhões (R\$ 1.179 milhões na controladora) e R\$ 1.190 milhões (R\$ 453 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 473 milhões, pela revisão da



- continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.(c) Principais políticas contábeis: Critérios de consolidação das controladas pelo método integral: A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: \* soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; \* eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; \* eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; \* destaque das participações dos acionistas (Nota 9). Moeda funcional e de apresentação: A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades relacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$). Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa. Empresas do grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: \* os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; \* receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio; \* todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e \* ações e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. Combinações de negócios: A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido os mais-valores de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia elenca os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superem o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. Contas a receber: As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventual perda na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico da inadimplência. Ativo financeiro disponível para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é vendido, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos, incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e

fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no período atual e em exercícios anteriores. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23). O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de reduções ou de reduções em contribuições futuras para o plano. \* Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de meios operacionais e financeiros aprovados junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas da pessoal. Reconhecimento das receitas: As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a porta definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais. Reconhecimento das despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados das revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente convertíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de receita e contas a receber: A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do preço pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da taxa cobrada pelos serviços prestados, o prazo de entrega, a qualidade do serviço, a capacidade de cobrança e a possibilidade de



necessariamente demarcar um tempo substancial para serem prontos para uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, enquanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica. Os bens arrendados e contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. Intangível: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificável de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Ajuste a valor presente: A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente. Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tem dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo de operação. Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas e apropriações provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estas se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais. Deterioração de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado ajustado pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Desde a entrada em recuperação judicial, os empréstimos e financiamentos passaram a ser classificados como passivos correntes. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio: Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação. Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e civis (PEX e JEC). O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civis estratégicas. O Plano de Recuperação Judicial, homologado em 8 de janeiro de 2018, incluiu um conjunto de propostas de pagamento de dívidas decorrentes de contingências. Nos termos do IAS 1, a Companhia entende que ainda em se tratando de um evento subsequente, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial tem um efeito no fluxo de pagamentos futuros das contingências, tendo em vista o efeito da extinção das dívidas incluídas na recuperação judicial por conta da renovação, nos termos da lei. Desta forma a Companhia passou a considerar nas estimativas das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 os efeitos do Plano de Recuperação Judicial. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Benefícios a empregados: Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência. A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o

definidos pela ANATEL. Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa: As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitam aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida: Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente. As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração: Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e o valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras. Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos. Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa arquivado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2017, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,11% (2016 - 11,3%/01/01/2016 - 13,2%), o qual é revisado anualmente pela Companhia. De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora) (Nota 2). Provisões: A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente no esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e civil, conforme detalhado na Nota 20. Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apuradas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os proceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributadas dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realmente realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Benefícios a empregados: A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com períodos acumulados e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios da aposentadoria, que poderiam alterar de maneira significativa os resultados da Companhia. (e) Novas normas, alterações e interpretações de normas: As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos financeiros" - a norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018 e substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco. A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação e mensuração de seus ativos financeiros que impacte materialmente seu patrimônio líquido. No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia espera um aumento das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 251 milhões (R\$ 135 milhões na controladora). Atualmente, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedge". A Companhia pretende aplicar a opção que permite não representar os períodos comparativos ao ano de adoção inicial, IFRS 15 / CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - a norma estabelece que a entidade reconheça o montante da receita referente a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A nova norma para receita substituirá todos os ágios, os atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A administração espera os seguintes impactos da adoção do IFRS 15 em 1 de janeiro de 2018: Vendas de aparelhos celulares com desconto: A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com o IFRS 15, é devido, realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda, de planos

continua ->

- Continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado								Componentes de despesas previstas dos benefícios			
	2017								Controladora			
									2017			
	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica			
	BRT- PREV	TCS- PREV	PBS- Telemar	Telemar Prev	PBS- A	TNC	CEL- PREV	PAMA	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073	33	1.304		89
Juros sobre obrigações atuariais	173	311	31.697	381.256	393.424	3.328	15	234.464	31.667	372.038	393.424	234.464
Custo do serviço corrente	23	56	32	1.506		48	7		(34.545)	(412.261)	(615.098)	(271.857)
Contribuições de participantes verificadas no ano			41			7			3.236	40.222	221.674	37.393
Benefícios pagos líquidos	(88)	(11)	(22.480)	(253.288)	(344.256)	(2.354)		(170.127)	(21)	(1.304)		(89)
Constituição da obrigação atuarial												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(89)	(474)	11.770	189.610	154.173	1.705	(114)	416.473				
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.547	2.578	300.208	3.665.281	3.690.110	31.938	41	2.555.972				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.204	8.630	306.505	3.893.378	3.960.600	54.684	2.533	2.396.818	24	1.586		37
Rendimentos dos ativos do plano	134	1.021	34.545	422.327	615.098	5.343	301	27.1857	29.788	328.145	387.355	136.029
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora									(34.062)	(365.326)	(808.954)	(258.724)
Contribuições normais recebidas pelo plano			114			19			4.282	57.180	271.599	122.695
Patrocinadora			73			12	2		(12)	(1.585)		(37)
Participantes			41			7						
Pagamento de benefícios	(88)	(11)	(22.480)	(253.288)	(344.256)	(2.354)		(170.127)				
Aumento (redução) documentado de transição de recursos												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(88)	(1.044)	32.880	107.102	258.687	1.030	(174)	165.286				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.162	8.056	351.963	3.969.518	5.890.139	59.722	2.682	2.665.814				
(-) Valor do passivo (ativo) atuarial líquido	365	(5.478)	(51.757)	(304.237)	(2.200.029)	(27.784)	(2.841)	(109.842)				
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			1.614	51.757	304.237	2.200.029	27.784	2.841				
(-) Passivo (ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>	385	(3.864)										
	Consolidado								Controladora			
	2016 (Reapresentado)								2016 (Reapresentado)			
									Planos de Assistência Médica			
	BRT- PREV	TCS- PREV	PBS- Telemar	Telemar Prev	PBS- A	TNC	CEL- PREV	PAMA	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.439	2.291	238.440	2.678.393	2.967.032	24.318	89	1.070.450				
Juros sobre obrigações atuariais	178	293	23.758	336.455	367.265	3.125	11	136.029				
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.912		38	4					
Contribuições de participantes verificadas no ano			42			9	1					
Benefícios pagos líquidos	(83)	(10)	(21.115)	(235.878)	(292.754)	(2.335)		(135.107)				
Constituição da obrigação atuarial												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(85)	60	31.989	581.450	455.138	3.438	26	1.003.664				
Valor presente da obrigação												



no início do exercício	1.151	2.183	271.134	3.134.989	5.030.307	50.269	2.501	2.007.048	não reconhecido	(12)	(1.612)	(35)	(4)	(37)			
Reajustes dos efeitos do plano	141	334	34.052	393.140	638.954	6.449	327	258.724	Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	76	(579)						
Contribuições extraordinárias recebidas da patrocinadora									Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(30)	(953)						
Contribuições normais recebidas pelo plano			115			21	2		Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido								
Patrocinadora			73			12	1		Total da despesa (receita) reconhecida	(30)	(953)						
Participantes			42			9	1		Principais premissas atuariais adotadas								
Pagamento de benefícios	(83)	(40)	(21.115)	(235.978)	(292.755)	(2.325)	(135.107)										
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos																	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(5)	593	22.310	308.247	(15.806)	270	(277)	268.153									
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.204	8.690	306.506	3.893.978	5.390.600	54.894	2.553	2.399.819	Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%			
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	304	(5.994)	(27.358)	(347.180)	(1.873.831)	(25.490)	(2.422)	(323.745)	Taxa estimada de inflação em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%			
Efeito do limite máximo do reconhecimento de ativo / passivo oneroso		1.475	27.358	347.180	1.873.831	25.490	2.422	323.745	Índice de aumento salarial nominal estimado	Por patroc. nadora	Por patroc. nadora	Por patroc. nadora	N/A	N/A			
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>1</sup>	304	(4.518)							Índice estimado de aumento normal dos benefícios	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%			
Consolidado									Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%			
01/01/2016 (Reapresentado)										8,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%			
Planos de Assistência Médica										AT-2000, suavizada	AT-2000, suavizada	AT-2000, suavizada	AT-2000, suavizada	AT-2000, suavizada			
Planos de Pensão										em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%	em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%	em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%	em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%	em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%, em 15%			
BITPREV									TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar	PBS-Prev	PBS-A	TNC	CEL	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.478	2.006	242.108	2.769.924	3.048.999	25.842	94		Tábuas biométricas de mortalidade geral	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	N/A	segregada por sexo	segregada por sexo
Justas sobre contribuições atuariais	185	236	27.440	315.487	343.562	2.940	10			Ávaro	Ávaro	Ávaro	Ávaro	Ávaro	N/A	Ávaro	Ávaro
Custo do serviço corrente	33	58	80	2.800		62	4		Tábuas biométricas de entrada em invalidez	segregada em 100%	segregada em 100%	segregada em 100%	segregada em 100%	segregada em 100%	N/A	segregada em 100%	segregada em 100%
Contribuições de participantes vertidas no ano			43			18	1			AT-49, AT-4							

- continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviços devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia. A Companhia não identificou impacto financeiro significativo, em 1 de janeiro de 2018, para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser relevante no universo das receitas da Companhia. Taxa de taxa de habilitação e instalação do serviço: A taxa de habilitação e instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato, é não restituível, e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins da atenuação ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da prestação do serviço, deve ser oferecida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o deferimento da receita de taxa de habilitação e instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 616 milhões (R\$ 345 milhões na controladora). **Classificação dos custos incorridos no cumprimento do contrato:** A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução do valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o deferimento dos custos incorridos no cumprimento do contrato que será reconhecido ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"), no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões (R\$ 68 milhões na controladora). A Companhia pretende aplicar a abordagem do método retrospectivo modificado, isto é, sem a representação dos valores comparativos do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2018. IFRS 16 - "Arrendamentos" - A nova norma elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerendo pelo IAS 17 / CPC 06, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e ao reconhecimento de passivos financeiros associados, podendo ficar de fora do escopo da norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 / CPC 06 e correspondentes interpretações. A Companhia ainda se encontra em fase inicial de avaliação de impacto do IFRS 16 e ainda não há estimativa de montante dos ativos de direito de uso e dos correspondentes passivos de locação que terão que ser reconhecidos na adoção inicial da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros. 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS: 3.1. Mensuração do valor justo: O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 46 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por comparação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensuradas utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ato-científico 2018, alguns dos passivos financeiros registrados a custo amortizado serão remensurados em função do seu valor justo (Nota 27). Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 1 de janeiro de 2018 são resumidos como segue:

Hierarquia do valor justo	Valor justo 2017	Controladora		Consolidado	
		Valor justo 2016 (Reapresentado)	Valor justo 01/01/2016 (Reapresentado)	Valor justo 2016 (Reapresentado)	Valor justo 01/01/2016 (Reapresentado)
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	73.462	77.024	186.194	122.137
Equivalentes de caixa	Nível 1	563.651	739.474	1.207.338	2.694.032
Aplicações financeiras	Nível 2		577	91.789	260.725
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		1.547.290		1.547.290
Ativos mantidos para venda	Nível 3	89.196	64.044	89.196	64.044
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		98.505		98.505

Não ocorreram transferências entre níveis no exercício de 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 1 de janeiro de 2016. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a utilidade das operações de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euro e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares"). Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte. (b) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia controlava operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	2017
Ganho (perda) com "swap" cambial		(822.009)		(822.009)
Operações de termo em moedas		(152.265)		(152.265)
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros		429		429
Total		(973.875)		(973.875)

Para a inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 2017, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes. 3.2. Administração do risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos. O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Recursos da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre de 2016, até ser liquidado em sua totalidade em julho do mesmo ano. 3.2.1. Risco de mercado: (a) Risco de taxa de câmbio: Ativos financeiros: A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 40,0% (2016 - 41,2% e 01/01/2016 - 48,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (incluindo saldos com empresas do grupo):

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2017	01/01/2016 (Reapresentado)	

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132126-2 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218195 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DAFD0F1F6BE86105B10B5DD6ABD4E2B7E07F516EDD1F68EB1CEE5FE4DDD07CB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 16/51

Caixa e contas bancárias	Valor justo	73.462	73.462	168.184	168.184
Equivalentes de caixa	Valor justo	563.651	563.651	2.776.233	2.776.233
Aplicações financeiras	Valor justo			91.789	91.789
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.304.807	3.304.807	6.384.176	6.384.176
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.186.125	1.186.125	5.805.685	5.805.685
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	870.125	870.125	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	89.198	89.198	89.198	89.198
<b>Passivo</b>					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	3.708.720	3.708.720	6.654.926	6.654.926
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	14.871.577	14.871.577	22.300.301	22.300.301
Debêntures	Custo amortizado	58.124	58.124	58.124	58.124
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.136	849.136	849.136	849.136
Autorizações e concessões a pagar (i)	Custo amortizado			20.910	20.910
Programa de refinanciamento fiscal (i)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309	392.309

Controladora Consolidado

	Mensuração contábil	2016 (Reapresentado)			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	739.474	739.474	2.894.032	2.894.032
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.362.097	3.362.097	6.810.927	6.810.927
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.218.626	5.218.626
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	1.037.281	1.037.281	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	64.044	64.044	64.044	64.044
<b>Passivo</b>					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.964.751	2.964.751	5.655.092	5.655.092
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.694.354	13.694.354	19.886.317	19.886.317
Debêntures	Custo amortizado	53.237	53.237	53.237	53.237
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.097	849.097	849.097	849.097
Autorizações e concessões a pagar (i)	Custo amortizado	55.804	55.804	81.494	81.494
Programa de refinanciamento fiscal (i)	Custo amortizado	248.702	248.702	314.172	314.172

Controladora Consolidado

	Mensuração contábil	01/01/2016 (Reapresentado)			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	195.166	195.166	303.754	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.207.338	1.207.338	1.968.468	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	67.779	67.779	242.054	242.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.737.154	3.737.154	6.645.602	6.645.602
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	965.438	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.547.290	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	184.485	184.485	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	103.500	103.500	103.500	103.500
<b>Passivo</b>					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.861.601	1.861.601	5.182.166	5.182.166
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.625.179	13.625.179	15.381.781	15.381.781
Debêntures	Custo amortizado	50.023	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	96.505	96.505	96.505	96.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	850.559	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (i)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (i)	Custo amortizado	270.218	270.218	315.434	315.434

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, no dia 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo CJ, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os valores registrados nas tabelas anteriores devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do PRJ, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício de 2017: (i) Corresponde a 10% de participação acionária na Pharoel SGPS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharoel no montante de R\$ 25.154 (2016 - R\$ 38.456 e 01/01/2016 - R\$ 146.601), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 15.602 (2016 - R\$ 26.041 e 01/01/2016 - R\$ 96.756). (ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são passíveis ajustes de valor justo. (iii) Para o exercício encerrado em 2017, parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento, agência de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados serão contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRJ. (iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores em dezembro de 2017 têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, terão seus créditos recebidos em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberão o saldo remanescente em quatro parcelas anuais. O rebaixamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e 1 de janeiro de 2016, são detalhados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	Consolidado					
	2016			01/01/2016		
	(Reapresentado)			(Reapresentado)		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	12.010.159	12.010.159	10.525.739	10.525.739	13.192.748	13.192.748
Instrumentos financeiros derivativos					2.571	2.571

Análise de sensibilidade de risco cambial: Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajustamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita à negociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito de referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2017. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa		Desvalorização
	2017		
Cenário Provável			
Dólar	3,3080		0%
Euro	3,9693		0%
Cenário Possível			
Dólar	4,1350		25%
Euro	4,9616		25%
Cenário Remoto			
Dólar	4,9620		50%
Euro	5,9540		50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exceto saldos com empresas do grupo):

Descrição	2017					
	Controladora			Consolidado		
	Risco Individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível
Dividas em Dólar	Alta do Dólar	4.789.593	5.986.991	7.184.389	4.789.593	5.986.991
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(914)	(1.143)	(1.371)	(2.003)	(2.504)
Dividas em Euro	Alta do Euro					
Caixa em Euro	Queda do Euro	(499)	(624)	(748)	(499)	(624)
Total Ativo/Passivo atrelado ao câmbio		4.788.180	5.985.224	7.183.270	4.787.091	5.983.863
Total (ganho) perda		1.197.044	2.394.090		1.196.772	2.393.545

(b) Risco de taxa de juros: Ativos financeiros: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base no TJLP e no CDI, no caso das dividas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 92,1% (2016 - 91,8% e 01/01/2016 - 89,3%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o encerramento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

Ativos financeiros	Controladora					
	2016			01/01/2016		
	(Reapresentado)			(Reapresentado)		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Equivalentes de caixa	562.737	562.737	738.259	738.259	641.371	641.371
Aplicações financeiras			577	577	6.292	6.292
Créditos com partes relacionadas	1.186.125	1.186.125	1.075.671	1.075.671	963.702	963.702
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	14.928.701	14.929.701	13.747.591	13.747.591	11.699.390	11.699.390
Instrumentos financeiros derivativos					2.571	2.571

Ativos financeiros	Consolidado					
	2016			01/01/2016		
	(Reapresentado)			(Reapresentado)		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Equivalentes de caixa	2.775.319	2.775.319	2.892.023	2.892.023	1.401.862	1.401.862
Aplicações financeiras	91.127	91.127	260.725	260.725	180.567	180.567
Créditos com partes relacionadas	5.805.685	5.805.685	5.218.626	5.218.626	965.438	965.438
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	22.358.425	22.358.425	19.939.554	19.939.554	13.192.748	13.192.748
Instrumentos financeiros derivativos					2.571	2.571

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajustamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita à negociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito de referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de fechamento de dezembro de 2017. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:



\* continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

(b) Reservas do capital: Reserva de ágio na subscrição de ações: Representa o excesso do preço de emissão das novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social. A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e). Reserva de doações e subvenções para investimentos: O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007). A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e). Reserva especial: Lei nº 6.200/1991: A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem. (c) Reservas de lucros: Reserva legal: De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superar em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Reserva de investimentos: A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel. Reserva de incentivos fiscais: De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. As reservas acima mencionadas foram absorvidas com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e). (d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido: (d.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações: Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. (d.2) Outros resultados abrangentes: Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. (e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio: Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76. Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 8, parágrafo 7, da Lei nº 8.248/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e à elas são assegurados: (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido controlável pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 1.375/74, com recursos de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 4.217.151,2 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do prejuízo do exercício será destinado da seguinte forma: (i) constituição do prejuízo acumulado no valor de R\$ 1.589.174; (ii) reversão da reserva de investimentos no valor de R\$ 1.004.567; (iii) reversão da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.759; (iv) reversão das reservas de capital no valor de R\$ 1.411.571 e; (v) reversão da reserva legal no valor de R\$ 245.441. (f) Prejuízo por ação básico e diluído: Básico: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. Diluído: O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas. A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2017	2016
	(Reapresentado)	
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(4.217.151,2)	(3.263.326)
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	(1.908.885)	(1.432.544)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	(2.308.267)	(1.771.382)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)

(g) Participação de não controladores: A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Companhia, no balanço patrimonial. (h) Benefícios a empregados: A Companhia e suas controladas

um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% e 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% e 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 50 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano. Para os participantes migrados, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Espontânea de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições voluntárias ou espontâneas do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro do determinação do custo do Plano é o de capitalização. (vii) PBS-TNC: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob nº 2000.0013-19. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,25% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio. A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale a um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização. (viii) CELPREV: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPB sob nº 2004.0009-29. A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidade de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor. A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% a 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, fixada em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial da Patrocinadora é aplicada para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18/03/2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização. (ix) SISTEL: A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, a fim de proporcionar a operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou semelhantes da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. Planos: (i) PBS-A: O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superatuarial. (ii) PAMA: O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela SISTEL. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos estatísticos. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1993 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração do plano de contribuição definida. Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da rejeição da determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695). Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

Controladora

2017

Diana de

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor	Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	279.147	3.265.462	3.486.769	2.075.073
TCSPREV	Oi Móvel, BT Multimídia e Oi Internet	FATL	Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424	234.464
BTTPREV	Oi Móvel, BT Multimídia e Oi Internet	FATL	Custo do serviço corrente	33	1.304		89
TelemarPrev	Telemar, Oi Móvel e Oi Internet	FATL	Contribuições de participantes vertidas no ano	41			
PBS-A	Telemar	Sistel	Benefícios pagos líquidos	(22.480)	(247.586)	(344.256)	(170.127)
PBS-Telemar	Telemar	FATL	Constituição de obrigação atuarial				
PBS-TNC	Oi Móvel	Sistel	Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	11.770	184.763	154.172	416.473
CELPREV	Oi Móvel	Sistel	Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	300.208	3.576.002	3.690.110	2.555.972
PAMA	Oi e Telemar	Sistel	Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	306.505	3.605.460	5.360.600	2.398.818
			Rendimentos dos ativos do plano	34.946	412.261	615.098	271.857
			Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	114			
			Pagamento de benefícios	(22.480)	(247.586)	(344.256)	(170.127)
			Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos				
			Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	32.880	102.673	258.687	165.266
			Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	351.965	3.872.828	5.890.139	2.665.814
			(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(51.757)	(296.828)	(2.200.029)	(109.842)
			Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	51.757	296.828	2.200.029	109.842
			(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>				
Consolidado			Controladora				
			2016 (Representado)				
			Planos de Pensão				
			PBS-Telemar TelemarPrev PBS-A PAMA				
			Planos de Assistência Médica				
			2017 (Representado) 01/01/2016 (Representado)				
Plano BTTPREV			385	334	288		
Circulante			55	301	252		
Não circulante			330	33	36		
Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras; Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:			Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício				
			Juros sobre obrigações atuariais				
			Custo do serviço corrente				
			Contribuições de participantes vertidas no ano				
			Benefícios pagos líquidos				
			Constituição de obrigação atuarial				
			Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes				
			Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício				
			Valor justo dos ativos do plano no início do exercício				
			Rendimentos dos ativos do plano				
			Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora				
			Pagamento de benefícios				
			Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos				
			Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes				
			Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício				
			Valor justo dos ativos do plano no final do exercício				
			(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido				
			Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso				
			(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>				
Consolidado			Controladora				
			2016 (Representado)				
			Planos de Pensão				
			PBS-Telemar TelemarPrev PBS-A PAMA				
			Planos de Assistência Médica				
			2017 (Representado) 01/01/2016 (Representado)				
Plano TCSPREV			3.864	4.518	4.892		
Circulante			90	705	53		
Não circulante			3.774	3.813	4.839		

Características dos planos de previdência complementar patrocinados: 1) FATL: A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipensão, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras. Planos: (i) BTTPREV: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2002.0017-74. A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BTTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a sua idade e escolha, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 8% do SP. A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (Incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, o (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo BTTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BTTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esportiva de Participante do grupo BTTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBRT (Unidade Previdenciária BT). Não existe contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esportiva de Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (ii) PBS-Telemar: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salários dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (iii) TelemarPrev: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0065-74. A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do total do Salário-de-Participação. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, além do limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (iv) TCSPREV: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0028-38. A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de



continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atribuídos a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a TJLP manteve-se estável em 7,5% a.a. durante todo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TJLP reduziu para 7,0% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a.

2017									
Cenários de taxas de juros									
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto			
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	
6,89%	7,00%	1,8311%	8,61%	8,75%	2,2963%	10,34%	10,50%	2,7558%	
Análise de sensibilidade considerando fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:									
2017									
Controladora Consolidado									
Descrição	Risco Individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	399.898	417.592	435.151	399.898	417.592	435.151		
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	668.103	820.130	964.156	411.634	514.543	617.452		
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	374.109	403.995	433.890	374.109	403.995	433.890		
Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros		1.438.080	1.541.717	1.653.187	1.185.611	1.336.130	1.486.483		
Total (ganho) perda		211.637	423.107		150.519	300.872			

3.2.2. Risco de crédito: A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras e avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. 3.2.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratuais nas datas previstas a necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investiu em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação de rede. Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

### 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

Controladora Consolidado				
2016		2016		
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Receita bruta de vendas e/ou serviços	11.196.163	13.761.473	30.594.804	33.270.325
Deduções da receita bruta	(3.499.893)	(4.463.389)	(10.648.502)	(12.503.313)
Tributos	(2.899.450)	(2.864.301)	(6.127.168)	(6.115.655)
Outras deduções	(800.433)	(1.598.088)	(4.521.334)	(5.368.258)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.596.270	9.238.084	19.946.302	20.767.012

### 5. DESPESAS POR NATUREZA

Controladora Consolidado				
2016		2016		
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Serviços de terceiros	(1.944.920)	(2.163.961)	(5.401.658)	(5.425.832)
Depreciação e amortização	(2.092.421)	(2.247.166)	(3.858.232)	(4.105.515)
Alugueiros e seguros	(1.571.036)	(1.732.951)	(3.737.975)	(3.895.561)
Pessoal	(678.992)	(767.573)	(2.511.945)	(2.481.759)
Serviço de manutenção da rede	(1.760.168)	(1.636.338)	(924.310)	(1.071.219)
Intermediação	(692.581)	(1.252.775)	(718.789)	(1.004.854)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(241.013)	(154.743)	(630.301)	(529.856)
FISTEL	(12.448)	(16.610)	(568.300)	(653.877)

de pagamento previstas no PRJ (Nota 20). (i) Vide Nota 3.1 item (i). & IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO: Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

Controladora Consolidado			
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Tributos correntes	(125.852)	(48.545)	(728.293)
Tributos diferidos	409.386	(687.312)	847.577
Total	283.534	(736.357)	119.284

Controladora Consolidado			
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações IRPJ e CSLL	(4.555.048)	(2.467.988)	(4.453.239)
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.548.716	838.973	1.514.101
Equivalência patrimonial	(68.581)	143.220	(371)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(25.241)	(167.110)	
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	450	997	13.435
Adições permanentes (ii)	(403.801)	560.552	(459.657)
Provisão para perdas de créditos fiscais diferidos (iii)	(767.959)	(2.112.980)	(688.733)
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(258.595)
Efeitos de Taxas de Impostos diferenciadas (v)			(754)
Total de IRPJ+CSLL na demonstração de resultado	283.534	(736.357)	119.284

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. (ii) Os principais itens de efeitos tributários de adições permanentes em 2017 e 2016 são: multas indevidáveis, patrocinados e doações indevidáveis, recusas, prescrição de dividendos, baixa de créditos fiscais não recuperáveis e contingências AVATEL. (iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 11). (iv) Refere-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa. (v) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior. 9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 1 de janeiro de 2016, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Controladora Consolidado				
2016		2016		
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Caixa e contas bancárias	73.452	77.024	185.166	168.184
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233
Total	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417

Controladora Consolidado				
2016		2016		
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Operações compromissadas	520.679	627.141	331.635	2.692.168
CDB - Certificado de Depósito Bancário	42.917	111.070	104.798	81.093
"Time Deposits"	914	1.215	749.415	914
Outros	41	48	21.490	2.058
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233

Controladora Consolidado				
2016		2016		
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Títulos privados				
Títulos públicos	577	6.293	7.050	95.507
Outros		61.486		61.487
Aplicações financeiras	577	67.779	91.789	280.725
Circulante	577	67.779	7.360	36.507
Não circulante			84.729	165.218

### 10. CONTAS A RECEBER

Controladora Consolidado				
2016		2016		
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	
Serviços futuros	3.464.230	3.304.833	3.792.279	6.226.710

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132126-2 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218195 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DAFD0F1F6BE86105B10B5DD6ABD4E2B7E07F516EDD1F68EB1CEE5FE4DDD07CB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 20/51





Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL										(43.414)	(55.804)	(59.875)	(60.740)	Subtotal	3.758.391	3.858.391
Outros custos e despesas										(28.568)	(23.116)	(77.069)	(61.336)	Pensões estimadas para créditos de liquidação diversos	(463.784)	(535.990)
Total										(9.273.817)	(10.339.530)	(19.452.329)	(20.041.101)	Total	3.294.607	3.322.401
Classificações como:																
Custos dos bens e/ou serviços vendidos										(6.882.689)	(7.690.650)	(13.310.415)	(13.774.752)		(345.790)	(769.739)
Despesas com vendas										(1.576.210)	(1.645.181)	(3.976.149)	(3.834.254)	Total	3.731.154	6.384.176
Despesas gerais e administrativas										(814.918)	(999.699)	(12.175.965)	(2.432.095)		6.810.927	5.645.802
Total										(9.273.817)	(10.339.530)	(19.452.329)	(20.041.101)	* Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 24. A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir.		
6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS																
										Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado	
										2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016	
										(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
A vencer										2.869.323	2.768.745	3.251.530	5.117.642	5.448.945	5.638.478	
Vencidos até 90 dias										381.547	495.451	431.038	682.800	734.424	672.016	
Vencidos de 91 a 120 dias										57.076	82.120	88.876	107.383	139.431	192.217	
Vencidos de 121 a 150 dias										42.809	65.334	56.232	96.964	139.482	94.501	
Vencidos acima de 150 dias										55.688	30.899	65.299	100.230	94.435	102.325	
Total										3.758.391	3.688.099	4.082.944	7.153.915	7.418.268	7.289.346	
As movimentações de perdas estimadas para créditos de liquidação diversos de clientes são as seguintes:																
										Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado	
										2016	01/01/2016	2016	01/01/2016			
										(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)			
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)												(345.790)	(543.744)			
Pensões estimadas para créditos de liquidação diversos												(154.743)	(529.650)			
Contas a receber de clientes balanceadas como inadmissíveis												164.537	508.255			
Saldo em 2016 (Reapresentado)												(335.996)	(607.339)			
Pensões estimadas para créditos de liquidação diversos												(241.013)	(628.743)			
Contas a receber de clientes balanceadas como inadmissíveis												113.225	466.343			
Saldo em 2017												(463.784)	(769.739)			
11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA																
										Controladora	Alíquotas	Consolidado				
										2016	01/01/2016	2016	01/01/2016			
										(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)			
Tributos correntes e recuperar																
CS a recuperar (i)										10.065	2.269	115.129	105.357	78.259		
IR a recuperar (i)										43.435	15.792	325.857	277.246	221.704		
IRPF / CS - Impostos																
Receitas na fonte (ii)										91.814	339.529	170.256	206.140	417.786		
Circulante										145.314	367.590	170.256	647.196	800.391		
Tributos diferidos a recuperar																
IR e CS sobre diferenças																
Temporárias e provisões																
fisciais (iii)												363.913		716.349		
Não circulante												363.913		716.349		
										Controladora	Passiva	Consolidado				
										2016	01/01/2016	2016	01/01/2016			
										(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)			
Tributos correntes e recuperar																
Impostos de renda a pagar										2.958	13.781	8.791	408.536	278.784		
Contribuição social a pagar										1.064	5.066	3.225	150.374	106.057		
Circulante										4.022	18.846	12.016	559.110	384.841		
Tributos diferidos a recuperar																
IR e CS sobre diferenças																
Temporárias										419.861	353.435	500.110	826.327			
Não circulante										419.861	353.435	500.110	826.327			
(i) Relembrem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente; (ii) Relembrem-se a créditos de IRPF sobre aplicações financeiras, multas, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS relativa no fôto sobre serviços prestados a órgãos públicos; (iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reversíveis a cada data de fechamento de exercício e sendo reversíveis na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente; (iv) Relembrem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais. O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 8.751.528 e correspondem a R\$ 2.975.520 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 353.255 (2016 - R\$ 531.049) e 01/01/2016 - R\$ 1.151.694) estão relacionados a operações com partes relacionadas.																

(i) Referência ao ajuste a valor presente decorrente de revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas

- continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude da aprovação do Plano. De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atribuídos a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenant" financeiras dos instrumentos de dívida originais não são aplicáveis, devendo ser observado o Plano de Recuperação Judicial.

## 18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
SMP			4.649	7812
Concessões STFC	55.804	16.251	73.682	12.936
Total	55.804	20.910	81.494	918.537
Circulante	55.804	20.306	77.421	911.930
Não circulante		604	4.073	6.507

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL, pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos. 19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL: O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	230.447	249.702	270.218	314.172
PRT (MP nº 756/2017) (i)	106.289		118.582	
PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	2.424		2.959	
Total	339.160	249.702	391.759	314.172
Circulante	115.114	31.877	30.945	48.542
Não circulante	223.046	217.825	260.814	265.630

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 769/2017 e pela Lei nº 13.496/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
	Principal	Multas	Juros	Total
COFINS	24.362	1.761	103.897	130.020
Imposto de renda	43.238	2.258	32.464	77.960
PIS	15.883		16.259	32.142
Contribuição social	11.671	714	7.420	19.805
INSS	1.004	611	1.414	3.029
PRT - Demais Débitos - RFB	7.328	10.501	94.963	112.792
PRT - Previdência - INSS	5.117		673	5.790
PERT - Demais Débitos - RFB	2.959			2.959
Outros	656	517	6.189	7.362
Total	112.758	16.362	263.189	392.309

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
2018			115.114	131.660
2019			60.046	69.130
2020			33.724	39.625
2021			33.724	39.625
2022			33.724	39.625
2023 a 2024			6.189	7.364
Total			338.160	392.309

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. (i) Programa de Regularização Tributária - PRT: A Companhia

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	445.580	174.884	1.346.118	1.966.582
Aquisição de investimentos	(392)	515.276	3.667	515.551
Adições / Reversões	211.034	120.185	486.165	817.384
Atualização monetária	218.017	8.205	156.922	383.145
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(52.454)	(100.414)	(392.970)	(545.838)
Baixas	(286.195)	(98.874)	(149.694)	(534.763)
Saldo em 2016 (Reapresentado)	526.590	619.263	1.450.208	2.596.061
Adições / Reversões	21.652	227.356	4.561.165	4.810.173
Atualização monetária	49.170	349.782	101.322	500.274
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(65.043)	(113.008)	(220.592)	(398.643)
Baixas		(18.615)	(3.259.496)	(3.278.111)
Saldo em 2017	532.369	1.064.790	2.632.507	4.229.766

(i) Conforme estabelecido nos procedimentos inerentes à Recuperação Judicial, a Companhia, não está realizando os pagamentos dos processos que demandem créditos sujeitos a esta, ainda que encerrados a partir de 20 de junho de 2016. Desta forma, o valor dos processos encerrados e não pagos foi transferido para o contas a pagar de Fornecedores da Companhia. Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes: Provisões Tributárias: As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Essas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial. (i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estadual. (ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos. (iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos. (iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias. (v) Demais ações - Referem-se, substancialmente, a provisões para fazer face à autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social. Trabalhistas: A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total da processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais. (i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada. (ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória. (iii) Adicionais diversos - Referem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade de pagamento de adicional de penosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão. (iv) Estabilidade / reintegração - Referem-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa. (v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas. (vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado. (vii) Verbas rescisórias - Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças. (viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas. (ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização fictícia ou configuração dos elementos do vínculo como subordinação direta. (x) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos supostos infelicitários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos supostos. (xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas. (xii) Demais ações - Referem-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração do salário, entre outros. Cíveis: (i) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 8,7 bilhões, os quais foram inscritos no PRL como elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 5,3 bilhões em processos líquidos e R\$ 3,5 bilhões em processos ilíquidos. No que diz respeito aos processos inscritos no PRL e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para essas contingências regulatórias, passando a considerar a melhor



idade de pagamento que permita a quitação de 76% da dívida consorciada com o crédito de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concretizados dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017. Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto. Ressalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 ("PERT"), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão. (ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o art. 3º, da Lei nº 13.496/2017. Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial - com todos os custos a ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

## 20. PROVISÕES: Composição do saldo

	Controladora			Consolidado		
	2016	01/01/2016		2016	01/01/2016	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
	2017			2017		
<b>Tributárias</b>						
(i) ICMS	279.993	249.809	210.412	425.280	367.832	277.197
(ii) ISS	67.292	62.064	64.869	72.125	66.433	71.070
(iii) ILL		3.172	6.882		3.172	6.882
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	4.577	28.286	27.162	19.959	30.286	29.008
(v) Demais ações	7.611	49.786	54.678	15.005	59.067	62.423
<b>Total</b>	<b>359.473</b>	<b>393.117</b>	<b>354.003</b>	<b>532.369</b>	<b>526.590</b>	<b>446.580</b>
<b>Trabalhistas</b>						
(i) Horas extras	128.866	18.277	36.426	389.381	208.068	55.768
(ii) Indenizações	43.512	6.047	12.882	135.943	76.049	24.170
(iii) Adicionais diversos	59.777	11.381	22.712	186.143	123.717	35.105
(iv) Estabilidade / reintegração	36.085	5.480	10.178	113.366	66.655	17.986
(v) Complemento de aposentadoria	18.227	3.450	6.691	55.823	35.828	8.675
(vi) Diferenças salariais	10.547	1.532	3.284	32.725	17.248	5.312
(vii) Verbas rescisórias	7.935	1.165	2.370	25.441	15.343	4.823
(viii) Multas trabalhistas	7.469	1.253	2.492	22.529	13.666	3.561
Honorários advocatícios/periciais	4.142	757	3.544	17.159	10.878	5.998
(ix) Vócuo empregatício	8.009	1.617	2.828	24.027	16.678	3.732
(x) FGTS	2.189	322	673	7.349	4.062	1.187
(xi) Subsidiariedade	236	30	54	661	306	70
(xii) Demais ações	16.742	2.665	4.990	54.243	30.765	8.396
<b>Total</b>	<b>344.736</b>	<b>53.946</b>	<b>110.124</b>	<b>1.064.790</b>	<b>619.263</b>	<b>174.884</b>
(i) ANATEL	1.933.108	766.899	757.816	2.019.380	814.440	803.576
(ii) Juzizado Especial	52.789	88.421	98.230	130.898	175.173	172.279
(iii) Demais ações	351.553	354.377	295.746	482.329	460.595	370.263
<b>Total</b>	<b>2.337.450</b>	<b>1.209.697</b>	<b>1.151.792</b>	<b>2.632.607</b>	<b>1.450.208</b>	<b>1.346.118</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>3.041.659</b>	<b>1.656.760</b>	<b>1.625.919</b>	<b>4.229.766</b>	<b>2.596.061</b>	<b>1.967.582</b>
Circulante	155.138	176.907	283.613	352.713	287.514	398.782
Não circulante	2.886.521	1.479.853	1.332.306	3.877.053	2.308.547	1.568.800

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente. Detalhamento do passivo contingente, por natureza: A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado		
	2016	01/01/2016	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
	2017		
<b>Tributária</b>	21.122.441	19.923.379	18.567.310
<b>Trabalhista</b>	535.990	412.585	354.023
<b>Cível</b>	636.935	827.814	861.120
<b>Total</b>	<b>22.495.366</b>	<b>21.163.778</b>	<b>19.782.453</b>

## Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>384.003</b>	<b>110.124</b>	<b>1.151.792</b>	<b>1.625.919</b>
Adições / Reversões	178.286	84.800	273.792	536.977
Atualização monetária	190.527	5.863	105.571	301.961
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(62.225)	(56.291)	(222.627)	(341.143)
Baixas	(277.473)	(90.650)	(98.831)	(466.954)
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>	<b>393.117</b>	<b>53.946</b>	<b>1.209.897</b>	<b>1.656.960</b>
Adições / Reversões	14.730	137.415	4.356.170	4.508.315
Atualização monetária	27.037	167.940	69.943	264.920
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(75.411)	(12.940)	(113.412)	(201.763)
Baixa		(21.625)	(3.184.948)	(3.206.573)
<b>Saldo em 2017</b>	<b>359.473</b>	<b>344.736</b>	<b>2.337.450</b>	<b>3.041.659</b>

Assessoria Gerente de Crédito, e posteriormente homologado pelo Juri nº 7º/2016 em 27/06/2016. A decisão do Juri de Janeiro, Destaques, ainda, que a ANATEL interpele o agravo do Instrumento nº 001088-32.2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRT, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida outorga. (ii) Juzizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassem 40 salários mínimos. (iii) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo decisão contratual, indenização de ex-locatários e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas locadoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de obrigações contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros. Passivo contingente: A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais. Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo: Tributárias: As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos: (i) ICMS - Decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades de serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem transição ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de crédito (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 9.642.042 (2016 - R\$ 9.179.895 e 01/01/2016 - R\$ 8.751.755). (ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aqueles referentes a aluguel de equipamentos, serviços despachador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.995.106 (2016 - R\$ 2.991.406 e 01/01/2016 - R\$ 2.531.607), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita. (iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 333.893 (2016 - R\$ 653.915 e 01/01/2016 - R\$ 628.324) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual taxa-se e cobrança efetuada a Telemar pelas autoridades previdenciárias (INFLDs de junho de 2005) que questiona a incidência da contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 177.081 (2016 - R\$ 146.088 e 01/01/2016 - R\$ 289.807). (iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FJST relacionados aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.151.400 (2016 - R\$ 7.098.163 e 01/01/2016 - R\$ 6.555.614). Trabalhistas: Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 553.990 (2016 - R\$ 412.585 e 01/01/2016 - R\$ 354.023). Cíveis: As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de litigação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 838.935 (2016 - R\$ 827.814 e 01/01/2016 - R\$ 861.120). Garantias: A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças controladas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 1.167.372 (2016 - R\$ 1.278.499 e 01/01/2016 - R\$ 1.642.934) na controladora e R\$ 9.006.841 (2016 - R\$ 8.443.320 e 01/01/2016 - R\$ 9.478.726) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

## 21. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017		2017	
Pagamentos a apropriar	1.191.206	1.250.752	1.316.173	1.254.722
Ajustamentos de clientes	273.428	106.335	42.986	120.655
Conservação em favor de terceiros	13.628	29.877	17.148	21.711
Provisão para desmobilização de ativos	10.137	9.741	9.361	10.137
Provisão para patrimônio líquido negativo	624.299	73		
Valores a pagar a partes relacionadas				263.619
Outros	102.882	73.513	70.173	177.154
<b>Total</b>	<b>2.215.580</b>	<b>1.470.291</b>	<b>1.455.851</b>	<b>2.669.579</b>
Circulante	436.066	262.932	177.778	1.446.799
Não circulante	1.780.514	1.207.359	1.278.073	1.222.780
<b>Total</b>	<b>2.215.580</b>	<b>1.470.291</b>	<b>1.455.851</b>	<b>2.669.579</b>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: O capital social é de R\$ 11.661.092 (2016 - R\$ 11.661.092 e 01/01/2016 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)		
	2016	01/01/2016	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
	2017		
<b>Capital total em ações</b>	<b>154.032</b>	<b>154.032</b>	<b>154.032</b>
Ações ordinárias	154.032	154.032	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465	190.465	190.465
<b>Total em circulação</b>	<b>344.497</b>	<b>344.497</b>	<b>344.497</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 23% para emissão de ações preferenciais sem direito a voto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compra de ações e exclusão do direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias convertíveis em ações.

continua ->

- Continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.066.118/0001-79

Judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condicionada ao sucesso da implementação da referida negociação, os câmbios abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores foram suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da referida suspensão, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a TULP manteve-se estável em 7,5% a.a. durante todo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TULP reduziu para 7,0% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a.

2017								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TULP	LIBOR 6M	CDI	TULP	LIBOR 6M	CDI	TULP	LIBOR 6M
5,89%	7,00%	1,8771%	8,61%	8,75%	2,2963%	10,34%	10,50%	2,7568%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	Risco individual	2017					
		Controladora			Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	399.868	417.592	436.151	399.868	417.592	436.151
Dívidas em TULP	Alta da TULP	682.103	820.130	984.156	411.834	514.543	617.452
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da USS	374.109	403.395	433.880	374.109	403.395	433.880
Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros		1.436.080	1.641.717	1.853.187	1.185.811	1.335.130	1.483.483
Total (ganho) perda		211.637	423.107		150.519	300.372	

**3.2.2. Risco de crédito:** A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. **3.2.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez surge da possibilidade de Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessárias de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões futuras das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

**4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Receita bruta de vendas e/ou serviços	11.196.163	13.761.473	30.594.804	33.270.925
Deduções da receita bruta	(3.499.893)	(4.463.389)	(10.648.542)	(12.503.913)
Tributos	(2.699.460)	(2.864.301)	(6.127.168)	(6.115.655)
Outras deduções	(803.433)	(1.539.088)	(4.521.334)	(5.388.258)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.893.270	9.294.084	19.946.302	20.767.012

**5. DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Serviços de jorjatos	(1.944.330)	(2.163.961)	(5.401.658)	(5.425.032)
Depreciação e amortização	(2.002.421)	(2.247.106)	(3.959.232)	(4.105.515)
Aluguéis e seguros	(1.571.036)	(1.732.951)	(3.757.975)	(3.895.681)
Pessoal	(678.382)	(767.723)	(2.511.945)	(2.461.799)
Serviço de manutenção da rede	(1.760.109)	(1.833.338)	(924.910)	(1.071.219)
Intercorridos	(692.561)	(1.252.775)	(718.789)	(1.004.854)
Pontas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(241.013)	(154.343)	(630.091)	

de pagamento previstas no PRU (Nota 20). (g) Vide Nota 3.1 Item (f). **6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO:** Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa efetiva nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2017	2016	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(125.852)	(48.545)	(728.293)	(397.800)
Tributos diferidos	409.386	(987.812)	841.877	(1.513.246)
Total	283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2017	2016	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações	(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2017	2016	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.548.716	838.973	1.514.101	512.242
Equivalência patrimonial	(68.591)	143.220	(371)	473
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(25.241)	(167.110)		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	450	857	13.435	18.608
Adições permanentes (ii)	(403.801)	560.552	(459.657)	(124.326)
Provisão para perdas de créditos fiscais diferidos (iii)	(767.999)	(2.112.869)	(688.730)	(2.112.869)
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(258.597)	(203.595)
Efeitos das Taxas de impostos diferenciadas (v)			(794)	(1.265)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)

(i) Referem-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controladora Oi Morel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007; (ii) Os principais itens de efeitos tributários de adições permanentes em 2017 e 2016 são: multas indevidáveis, parcelamentos e doações indevidáveis, receitas, prescrição de dividendos, baixa de créditos fiscais não recuperáveis e contingências ANATEL; (iii) Referem-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 11); (iv) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de contrapartes que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa; (v) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior. **9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 1 de janeiro de 2016, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Caixa e contas bancárias	73.482	77.024	195.166	188.184
Equivalentes de caixa	563.651	738.474	1.207.338	2.776.233
Total	637.133	815.498	1.402.504	2.964.417

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Operações compromissadas	520.679	627.141	331.635	2.682.188
CCB - Certificado de Depósito Bancário	42.017	111.070	104.798	81.093
"Time Deposits"	914	1.215	749.415	914
Outros	41	48	2.490	2.058
Equivalentes de caixa	563.651	738.474	1.207.338	2.776.233
(b) Aplicações financeiras				

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Títulos privados			84.729	165.218
Títulos públicos	577	6.293	7.060	95.597
Outros		61.486		61.487
Aplicações financeiras	577	67.779	91.789	260.725
Circulante	577	67.779	7.060	95.597
Não circulante			84.729	165.218

	Controladora		Consolidado	
	2016	2017	2016	2017



Custos de aparelhos e outros			(214.049)	(252.184)	vendas				624.138	838.304	827.345				
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(43.414)	(55.804)	(59.875)	(60.746)	Subtotal:	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915	7.418.266	7.289.346				
Outros custos e despesas	(28.558)	(23.116)	(77.092)	(61.358)	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(463.784)	(335.996)	(345.790)	(768.739)	(607.339)	(843.744)				
Total	(9.273.817)	(10.339.530)	(19.462.529)	(20.041.101)	Total	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176	6.810.927	6.645.602				
Classificados como:					Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 24. A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:										
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(6.882.689)	(7.690.650)	(13.310.415)	(13.774.752)											
Despesas com vendas	(1.576.210)	(1.648.181)	(3.976.149)	(3.834.254)											
Despesas gerais e administrativas	(814.918)	(999.899)	(2.175.965)	(2.432.095)											
Total	(9.273.817)	(10.339.530)	(19.462.529)	(20.041.101)											
<b>6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>															
					<b>Controladora</b>						<b>Consolidado</b>				
					2016		01/01/2016		2016		01/01/2016				
					2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)			
Outras receitas operacionais					A vencer	2.869.523	2.768.745	3.251.500	5.117.642	5.448.946	5.639.478				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	238.010	156.425	672.781	270.183	Vencidas até 60 dias	383.547	495.451	431.038	683.800	774.424	672.210				
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	587.168	520.458	641.711	553.005	Vencidas de 61 a 90 dias	57.076	82.120	68.876	107.383	139.431	112.217				
Multas	64.482	70.883	116.436	112.656	Vencidas de 91 a 120 dias	42.809	65.334	66.232	96.964	109.482	94.501				
Serviços técnicos e administrativos	18.417	26.059	26.277	33.907	Vencidas de 121 a 150 dias	59.688	50.899	65.398	100.230	94.433	102.525				
Receita na alienação de bens	48	130.936	11	133.988	Vencidas acima de 150 dias	355.948	235.544	209.900	1.047.896	851.550	688.415				
Outras receitas	112.396	14.029	193.056	164.014	Total	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915	7.418.266	7.289.346				
Total	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.753	As movimentações de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:										
Outras despesas operacionais					<b>Controladora</b>							<b>Consolidado</b>			
Provisões/reversões	(4.508.315)	(536.977)	(4.810.183)	(1.754.786)	Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)				(345.790)	(643.744)					
Tributos	(393.128)	(238.345)	(1.274.785)	(752.511)	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa				(154.743)	(529.850)					
Participação de empregados e administradores	(107.496)	(24.015)	(236.412)	(82.036)	Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis				164.537	566.255					
Baixa de imobilizado	(115.241)	(26.128)	(118.797)	(45.080)	Saldo em 2016 (Reapresentado)				(335.996)	(607.339)					
Multas	(73.001)	(13.902)	(103.328)	(42.672)	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa				(241.013)	(628.743)					
Descontos concedidos	(2.307)	(3.523)	(4.557)	(4.853)	Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis				113.225	465.343					
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos	(23)		(130)	(101)	Saldo em 2017				(463.784)	(768.739)					
Outras despesas	(87.079)	(172.912)	(595.911)	(358.406)	<b>11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA</b>										
Total	(5.286.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)											
<b>7. RESULTADO FINANCEIRO</b>															
					<b>Ativo</b>										
					<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>								
					2016		01/01/2016		2016		01/01/2016				
					2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)			
Receitas financeiras					Tributos correntes a recuperar										
Ajuste a valor presente (i)	3.184.388		3.261.008	472.595	CS a recuperar (i)	10.065	2.269	115.129	105.357	78.209					
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	494.348	268.277	810.934	472.595	IR a recuperar (i)	43.435	15.792	325.857	272.248	221.704					
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	112.742	141.460	589.144	632.582	IRRF / CS - Impostos retidos na fonte (ii)	91.814	339.529	170.256	206.140	417.786	244.105				
Rendimentos de aplicações financeiras	68.746	46.569	297.328	222.984	Circulante	145.314	357.590	170.256	647.126	800.391	544.018				
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	81	(6.638)	550	(5.877)	Tributos diferidos a recuperar										
Dividendos recebidos		10.305	10.305	10.305	IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (iii)			363.913			716.349				
Outras receitas	12.724	38.057	115.471	74.807	Não circulante			363.913			716.349				
Total	3.873.029	498.030	4.874.435	1.407.396											
Despesas financeiras e outros encargos					<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>								
a) Despesas com empréstimos e financiamentos					2016		01/01/2016		2016		01/01/2016				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(458.846)	(398.847)	(1.620.116)	547.382	2017		2017		2017		2017				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(669.331)	(788.486)	(844.389)	(934.189)	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(67.241)	923.125	(67.525)	921.800	Tributos correntes a recolher		Tributos correntes a recolher		Tributos correntes a recolher		Tributos correntes a recolher				
Juros sobre debêntures	(4.886)	(3.214)	(4.886)	(3.214)	Impostos de renda a pagar	2.958	13.781	8.791	408.536	278.784	165.402				
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(973.875)	(973.875)	(973.875)	Contribuição social a pagar	1.064	5.065	3.225	150.574	106.057	60.910				
Sub-total:	(1.200.304)	(1.241.307)	(2.536.916)	(442.096)	Circulante	4.022	18.846	12.016	555.110	384.841	225.312				
b) Outros encargos					Tributos diferidos a recolher										
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(536.633)	(256.291)	(669.845)	(390.165)	IR e CS sobre diferenças temporárias	419.861	353.435	500.110	826.327						
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(177.911)	(244.540)	(362.263)	(417.080)	Não circulante	419.861	353.435	500.110	826.327						
Atualização monetária de provisões	(284.920)	(301.961)	(500.274)	(383.145)	(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente. (ii) Referem-se a créditos de IRPF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos. (iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. (iv) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais. O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 8.751.528 e correspondem a R\$ 2.975.520 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 353.555 (2016 - R\$ 531.046 e 01/01/2016 - R\$ 1.161.694) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.							continua ->			
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6.598)	(5.536)	(9.558)	(8.918)											
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	25.154	(39.456)	24.234	(39.921)											
Outras despesas	(201.508)	(159.284)	(261.903)	(207.277)											
Sub-total:	(1.182.416)	(1.007.068)	(1.779.609)	(1.446.506)											
Total	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)											
Resultado financeiro	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.206)											
(i) Referem-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas															

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

A Administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**Perfil Corporativo e Desempenho Operacional**

A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

	2017	2016	Var. %
<b>PLANTA REGIÃO I</b>	12.170	12.780	-4,8%
<b>FIXA</b>	7.904	8.554	-7,6%
<b>BANDA LARGA</b>	3.258	3.371	-3,4%
<b>TV</b>	1.008	855	17,9%

**Em milhares**

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2017 com 12,2 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 54,1%, segundo a ANATEL (\*).

Na Banda Larga encerramos 2017 com uma base de 3,3 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 3,4% em relação a 2016.

A planta de TV da Oi fechou 2017 com 1,01 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 17,9% em relação a 2016.

(\*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2017.

**Desempenho Econômico-Financeiro**

A receita líquida consolidada foi de R\$ 19.946 milhões em 2017, um decréscimo de 4,0% em relação ao ano anterior. A TMAR registrou EBITDA negativo de R\$ 1.054 milhões em 2017, um decréscimo de 134,2% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2017 com um prejuízo líquido de R\$ 4.334 milhões, representando um aumento no prejuízo da Companhia de 26,8% em relação a 2016.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2017.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016			2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	9	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417	3.016.169	2.272.222				
Aplicações financeiras	9		577	67.779	7.060	95.507	136.668				
Instrumentos financeiros derivativos	3			378.477			378.477				
Contas a receber	10	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176	6.810.927	6.645.602				
Estoque		777.17	1.380	68.610	204.908	344.069	317.336				
Tributos correntes a recuperar	11	145.314	357.590	170.256	647.126	800.391	544.018				
Outros tributos	12	576.991	395.490	281.810	808.330	677.863	513.387				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	870.125	1.166.950	184.485	279.940	279.940	279.940				
Depósitos e bloqueios judiciais	13	262.870	202.973	324.885	336.561	287.500	370.778				
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>											
<b>Circulante</b>											
Fornecedores		3.708.720	2.964.751	1.861.601	6.654.926	5.655.092	5.182.166				
Salários, encargos sociais e benefícios		322.675	194.684	238.872	746.073	556.335	491.378				
Empréstimos e financiamentos	17	11.045.069	10.230.530	2.259.612	13.013.574	11.691.481	2.528.653				
Instrumentos financeiros derivativos	3				98.505		98.505				
Tributos correntes a recolher	11	4.022	18.846	12.016	559.110	384.841	226.312				
Outros tributos	12	286.287	318.416	327.100	738.438	944.168	782.281				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	849.136	849.097	850.559	849.136	849.087	850.559				
Autorizações e concessões a pagar	18		55.804		20.306	77.421	911.930				
Programa de refinanciamento fiscal	19	115.114	31.877	30.945	131.660	48.542	35.739				
Provisões para fundos de pensão	23					55	301				
Provisões	20	155.138	176.907	233.613	362.713	287.514	338.782				
Demais obrigações	21	435.066	262.932	177.778	1.446.799	1.697.520	1.206.249				
		16.921.217	15.103.844	6.150.601	24.512.790	22.192.312	12.712.806				
<b>Não circulante</b>											



[illegible]

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		2016	2016	2016	2016
	Nota	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Receitas de vendas e/ou serviços	4	7696.270	8.298.084	19.946.302	20.767.012
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(6.882.689)	(7.690.650)	(13.310.415)	(13.774.752)
Lucro bruto		813.581	1.607.434	6.635.887	6.992.260
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	(201.739)	421.234	(1091)	1.382
Despesas com vendas	5	(1.576.210)	(1.649.181)	(3.976.149)	(3.834.254)
Despesas gerais e administrativas	5	(814.918)	(989.699)	(2.175.965)	(2.432.095)
Outras receitas operacionais	6	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.753
Outras despesas operacionais	6	(5.286.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)
		(6.859.596)	(2.324.698)	(11.647.036)	(8.017.649)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		(6.045.355)	(717.224)	(5.011.149)	(1.025.389)
Receitas financeiras	7	3.673.029	498.030	4.674.435	1.407.396
Despesas financeiras	7	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)
Resultado financeiro	7	1.490.309	(1.750.345)	557910	(481.206)
Prejuízo antes das tributações		(4.555.046)	(2.467.959)	(4.453.239)	(1.506.595)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(125.652)	(48.545)	(728.293)	(397.606)
Diferido	8	409.386	(587.812)	847.677	(1.513.246)
		283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)
Prejuízo do exercício		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.333.855)	(3.417.447)
Prejuízo atribuído aos controladores		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.271.512)	(3.203.926)
Prejuízo atribuído aos não controladores				(62.343)	(213.521)
Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	22(f)	(12,40)	(9,30)	(12,40)	(9,30)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016		2016	
	<u>2017</u>	<u>(Reapresentado)</u>	<u>2017</u>	<u>(Reapresentado)</u>
Prejuízo do exercício	(4.271.512)	(3.203.326)	(4.333.855)	(3.417.447)
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"		86.872		86.872
Perda atuarial reflexa	(356)	(309)	(356)	(309)
		(3.399)		(3.399)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
<b>Atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	919.406	142.365	1.991.972	(786.546)
Depreciação e amortização	2.002.421	2.247.106	3.959.232	4.106.515
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	241.013	154.743	630.901	529.850
Provisões	4.508.315	536.977	4.810.183	8.173.883
Ajuste a valor presente (Nota 1 e 7)	(3.184.388)		(3.261.008)	
Provisão para fundos de pensão	23		130	101
Equivalência patrimonial	201.739	(421.234)	1.091	(1.382)
Perda na baixa de ativo permanente	171.490		184.721	
Taxa de Promoção do Contrato de Concessão - ANATEL	43.414	55.804	59.675	60.746
Participação de empregados e administradores	107.496		24.015	82.036
Operações de instrumentos financeiros derivativos			973.875	973.875
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(110.454)	(138.675)	(588.022)	(630.923)
Atualização monetária de provisões	284.920	301.961	500.274	383.145
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	6.598	5.536	9.558	8.918
Dividendos prescritos		(1.479)		(1.479)
Outros	163.387	(53.410)	232.732	(82.204)
	790.334	1.360.015	4.314.612	3.952.430
<b>Mutações patrimoniais</b>				
Contas a receber	(183.725)	220.314	(201.991)	(495.275)
Estoques	(46.531)	29.360	108.672	(59.279)
Tributos	520.854	(308.984)	107.245	(230.048)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(4.105)	(223.624)	(536.660)	(1.430.729)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	4.718	290.216	727.304	1.506.996
Fornecedores	175.461	278.463	42.917	(1.080.782)
Salários, encargos sociais e benefícios	20.495	(68.203)	(46.674)	(96.853)
Provisões	(149.725)	(272.930)	(331.174)	(462.591)
Outras contas ativas e passivas	(75.500)	(106.333)	14.984	1.065.150
	261.942	(162.721)	(115.377)	(1.343.421)
Encargos financeiros pagos	(90.621)	(404.344)	(76.929)	(888.350)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(47.679)	(38.759)	(266.161)	(197.730)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(126.152)	(124.500)	(192.736)	(172.216)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.080.076	1.163		
	795.624	(566.440)	(535.826)	(1.259.356)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.847.900</b>	<b>630.854</b>	<b>3.663.409</b>	<b>1.349.653</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.948.973)	(1.409.608)	(3.568.065)	(2.579.807)
Créditos com partes relacionadas - Liberações		(19.784)		(4.207.247)
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos		25.035	963	584.982
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	48	130.936	11	153.588
Depósitos e bloqueios judiciais	(95.221)	(265.405)	(178.013)	(469.362)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	99.687	136.226	168.613	200.653
Aumento/Redução dos investimentos permanentes		(89)		12.088
Aumento de capital em contrapartida		(348.787)		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(1.944.459)</b>	<b>(1.929.548)</b>	<b>(3.578.511)</b>	<b>(6.324.505)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Captações líquidas de custos	55.442	1.933.084	45.589	8.589.965
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing		(1.191.356)	(31.031)	(2.480.310)
Autorações e concessões	(66.915)		(88.405)	(204.778)
Programa de refinanciamento fiscal	(71.425)	(26.052)	(103.339)	(31.206)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(9)	(22)	(9)	(22)
	(82.307)	715.664	(157.215)	5.873.645



- CNPJ 33.000.118/0001-79

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores												
	Reservas de capital				Reservas de lucro			Lucros (prejuízos) acumulados	Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	Outros resultados abrangentes	Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos						
Em 1 de janeiro de 2016 (anteriormente apresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860		(90.980)	(41.736)	16.821.814		16.821.814
Ajustes								(3.581.078)			(3.581.078)	(17.169)	(3.598.247)
Em 1 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	13.240.736	(17.169)	13.223.567
Aumento de capital em controladas												154.137	154.137
Ganho de contabilidade de "hedge"										57.335	57.335		57.335
Perda atuarial reflexa										(204)	(204)		(204)
Variação de participação de investimentos										(8.541)	(8.541)		(8.541)
Prejuízo do exercício								(3.203.926)			(3.203.926)	(213.521)	(3.417.447)
Realização da reserva de investimentos							(2.355.293)	2.355.293					
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	1.004.567	(4.429.711)	(90.980)	6.854	10.085.400	(76.553)	10.008.847
Perda atuarial reflexa										(235)	(235)		(235)
Variação de participação de investimentos										1.949	1.949		1.949
Prejuízo do exercício								(4.271.512)			(4.271.512)	(62.343)	(4.333.855)
Realização de reserva de ágio na subscrição de ações		(1.038.525)						1.038.525					
Realização de reserva de doações e subvenções			(373.046)					373.046					
Realização de reserva legal					(245.441)			245.441					
Realização de reserva de incentivos fiscais						(20.759)		20.759					
Realização de reserva de investimentos							(1.004.567)	1.004.567					
	11.661.092		254.136	1.671				(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.602	(138.896)	5.676.706
Em 31 de dezembro de 2017	11.661.092			255.807				(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.602	(138.896)	5.676.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 9 de novembro de 2017, atendendo a novos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou novamente o adiamento da AGC para os dias 7 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 8 de dezembro de 2017, se necessário, e 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário.

### 1. INFORMACOES GERAIS

a) Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Telemar"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro. É uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Controladora").

A Telemar é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO – Plano Geral de Orlungas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Sertão 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paraibanos no estado de Minas Gerais, onde a CTCBC – Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

7ª Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro e (ii) através da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância regional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos recursos do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme periculado pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2016, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez, para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circuito Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura das novas condições de concessão para até 30 de abril de 2017. Em 29 de abril de 2017, a ANATEL prorrogou novamente a assinatura dos contratos de concessão para até 30 de abril de 2018.

Novamente, em 29 de novembro de 2017 o Juízo da Recuperação Judicial determinou o adiamento da AGF para o dia 19

novamente, em 29 de novembro de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial, determinou o adiamento da AGC para o dia 19 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 20 de dezembro de 2017, se necessário, e em 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme possesário.

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a AGC foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Instituído, em 17/10/2016, pelo Conselho de Administração da Companhia, o Comitê de Recuperação Judicial, com o objetivo de acompanhar e apoiar a recuperação judicial da Companhia, tendo em vista a decisão homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial do Grupo Oi. A referida decisão foi publicada em 5 de fevereiro de 2018, dando início ao prazo para que os credores das Requeridas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRA, o qual se encerrará no dia 26 de fevereiro de 2018, exceto para detentores de "bonds", cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018.

No contexto da operação da recuperação judicial, certos saldos de ativos e passivos consolidados aumentaram em resultado da entrada em recuperação judicial de algumas empresas do Grupo Oi e consequente suspensão de pagamento de determinadas obrigações financeiras. Os principais saldos de ativos e passivos consolidados impactados foram caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber referente a serviços prestados de forma recíproca entre as operadoras de telefonia, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

No decorrer da preparação do PRU a Companhia avaliou um conjunto significativo de cenários para a evolução dos negócios operacionais e indicadores financeiros e realizou um conjunto de discussões com credores e parceiros abrangidos pelo PRU. Este trabalho preparatório foi alargado na medida da complexidade e dimensão dos negócios da Companhia, da existência de um elevado número de processos e procedimentos operacionais e financeiros com impacto nas premissas usadas pela Administração e na quantidade e diversidade da informação usada.

A Administração da Companhia identificou, por conta do processo de recuperação judicial, bem como na preparação do PRJ a existência de deficiências em alguns desses controles e a oportunidade de obter maiores informações das entidades





que continua trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuam sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi vem mantendo normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul da Nova York ("Corte de Falências dos Estados Unidos") deferiu o pedido de tutela provisória requerido pela Oi, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como "Devedoras") nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela impede os credores de iniciarem ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindir os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras sejam parte.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Oi, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL - "United Nations Commission on International Trade Law" sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030) ("Ordens de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Oi, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial") deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi.

A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) ou "Plano" fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interpsu agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Em 21 de julho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falências dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Oi.

Os acionistas também autorizaram a administração da Oi a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data.

Em 22 de julho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro, e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o "Administrador Judicial") das Empresas Oi.

Diante da ratificação do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o PRJ, no qual foram estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi ("Primeira Lista de Credores"). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores somava, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a "Habilitação de Crédito" ou "Habilitação"), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência (a "Divergência"), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016.

Em 2 de março de 2017, o Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Pato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. O PRJ aditado foi apresentado em juízo no dia 11 de outubro de 2017.

Em 31 de março de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. de sua função de administrador financeiro pelo Consórcio BDOPro, o qual declinou da nomeação. Assim, em 10 de abril de 2017, o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald foi nomeado como único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas Oi.

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2017, o Administrador Judicial revisou a Primeira Lista de Credores e, após revisar a mesma, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentou a relação de credores publicada no Edital de 29 de maio de 2017 ("Relação de Credores").

Apartir da publicação da Relação de Credores, tiveram início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Relação de Credores (a "Impugnação") e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a "Objeção").

Em 23 de agosto de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial designou a realização da Assembleia Geral de Credores (AGC) para os dias 9 de outubro de 2017 (em primeira convocação) e 23 de outubro de 2017 (segunda convocação).

de parte do valor objeto do Programa.

O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017.

O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 360 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa.

**Créditos Concursuais Agências Reguladoras**

A Companhia entende que a imposição pela ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constitui um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial.

A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o somatório de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cômputo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais vinha-se reconhecendo como provisão para contingências os montantes de R\$ 1.933.108 e R\$ 2.019.380, respectivamente individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 (Nota 20). A Companhia discorda e contesta a existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço.

Cumprido ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurgiu-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos agravos de instrumento nºs 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0050963-13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 26 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia.

Ressalte-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre a concursalidade dos créditos da ANATEL, a Companhia cuidou de pedir a elaboração de mais três pareceres de renomados juristas nacionais, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial.

A ANATEL se insurgiu, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial por meio do agravo de instrumento nº 0057446-63.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos de sua impugnação de crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial reafirmou o entendimento sobre a concursalidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, Relator na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedeu parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários titularizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes de sua cobrança e as respectivas multas punitivas por infrações tributárias. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL contra a referida decisão, bem como o julgamento do mérito recursal pela 8ª Câmara Cível. Sobre-se a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Conflito de Competência nº 154.977/RJ, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial, por meio de recurso próprio.

Além dos recursos citados, a ANATEL interpsu o agravo de instrumento nº 0048971-21.2017.8.19.0000, contra a decisão que recebeu, sem apreciar no mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador Cezar Augusto, da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência, para determinar a suspensão da aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.8 e subitens 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Oi, de todo modo, modificou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A ANATEL também interpsu o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a realização da Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido e, atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL pela 8ª Câmara Cível.

O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual restou homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concursais Agências Reguladoras, o que inclui créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016:

(i) Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral da União (AGU), em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, a contar de 30 de junho de 2018, da seguinte forma: (i) da 1ª a 60ª prestação: 0,160%; (ii) da 61ª a 120ª prestação: 0,330%; (iii) da 121ª a 180ª prestação: 0,500%; (iv) da 181ª a 239ª prestação: 0,660%; e (v) a 240ª prestação: o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementado, caso necessário em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação SELIC.

Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem ilíquidos até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3.6 do PRJ, modalidade geral de pagamento de créditos quinquenários.

O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia aderir a nova regra legal que venha a ser publicada no sentido de equacionar os créditos de agências reguladoras não tributários e sujeitos ao Plano.

Desaquesse, contudo, que a ANATEL interpsu o agravo de instrumento nº 001068-32.2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento.

-2- continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Modalidade de seguro	Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)
Riscos operacionais e lucros cessantes	700.000	700.000
Incêndio - estoques	150.000	150.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	264.640	260.728
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2017 (taxa): R\$ 3,3080 = US\$ 1,00

**26. OUTRAS INFORMAÇÕES****a) Aquisição de investimentos****ARM Engenharia/Rede Conecta**

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso à banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta - Serviços de Rede S.A.

**Telemont - RJ**

Em outubro de 2015, a Serede, controlada direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

**Ativos e passivos adquiridos**

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada como operação separada de uma combinação de negócios, considerando relacionamento preexistente entre a Companhia e a adquirida, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores dos ativos e passivos adquiridos indetecíveis até a data do balanço apresentados abaixo:

	ARM Engenharia / Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	219.970	3.126
Ativo não circulante	41.692	14.245
Ativo total	261.662	17.371
Passivo circulante	665.907	77.852
Passivo não circulante	507.265	27.164
Patrimônio líquido	(911.510)	(87.645)
Passivo total	261.662	17.371

**b) Celebração de Memorando de Entendimento - Oi S.A. e Tim S.A.**

Em 26 de fevereiro a Oi celebrou um memorando de entendimento ("Memorandum of Understanding" - MOU) com a TIM Participações S.A. ("TIM"). Este memorando inicia uma fase de tratativas que buscam equacionar suas respectivas controvérsias e abre um novo ciclo de planejamento de compartilhamento de infraestrutura, na mesma linha de parcerias que já são praticadas atualmente no mercado de telecomunicações brasileiro. A administração judicial

**27. EVENTOS SUBSEQUENTES****Incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel**

No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, ambas subsidiárias indiretas da Companhia, em cumprimento ao disposto nas cláusulas 3.16 e 7.1 do PRJ da Oi e de suas subsidiárias Oi Móvel, Telemar, Copart 4, Copart 5, PTIF e Oi Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços.

**Efeitos estimados do PRJ**

Como resultado da aprovação do PRJ em AGC realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e a posterior homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, com publicação no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, iniciou-se a reestruturação dos passivos submetidos à Recuperação Judicial, nas condições previstas no PRJ e resumidas na Nota 1, o que deverá resultar em significativa redução de tais passivos.

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2018 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da recuperação judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37).

Não obstante os passivos financeiros registrados no balanço de 31 de dezembro de 2017 não estarem afetados pelos efeitos do PRJ e não estarem reunidas todas as condições para concluir sobre a avaliação desses efeitos e sobre o momento do seu reconhecimento, a Administração entende ser relevante, nos termos do CPC 26 (IAS 1), proceder à divulgação da sua melhor estimativa dos efeitos do PRJ nesta data.

A Administração da Companhia ressalva, no entanto, que os efeitos ora divulgados foram determinados com base: (i) em indicadores financeiros (taxa de juro, taxa de câmbio, etc); (ii) na informação das escolhas dos credores sobre a forma de pagamento; e (iii) no cumprimento das condições precedentes de implementação do PRJ, os quais não dependem inteiramente da Companhia e podem ser alterados, o que poderá resultar em diferenças, face ao efetivo registro contábil dos efeitos do PRJ, que se estima ocorrer ao longo do exercício fiscal de 2018, em função do sucesso no atingimento das condições precedentes (Nota 1).

Em 30 de junho de 2016 os créditos incluídos no PRJ e o valor justo estimado pela Administração dos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Valores em R\$ milhões (Consolidado)	Rubricas contábeis correspondentes	Estimativa de valor dos créditos alocados por opção em		Saldo contábeis em 31/12/2017	Estimativa do valor justo dos créditos reestruturados <sup>1</sup>
		20/06/2016	31/12/2017		
Classe I - Credores Trabalhistas	Contas a pagar e provisões (Notas 16 e 20)	145	145		145
Classe II - Créditos com Garantia Real <sup>2</sup>	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2.476	2.865		2.476
Classes III e IV - Credores Quirografários					
Empréstimos e Financiamentos <sup>3</sup>	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	8.293	9.070		2.876
Mútuos	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	9.193	10.475		529
Agências Regulatórias	Provisões (Nota 20)	9.549	2.105		2.105
Total		29.656	24.660		8.131

<sup>1</sup> Desde 20 de junho de 2016 a Companhia vem mantendo para efeitos contábeis o registro da provisão para juros não pagos (Nota 17).

<sup>2</sup> O valor justo estimado dos créditos reestruturados, exclui o valor justo dos instrumentos de capital a emitir no âmbito da permuta de dívida por ações. Valor justo estimado na data-base de 31 de dezembro de 2017 / 5 de fevereiro de 2018.

**AFAC**

A Companhia registrou em 20 de março de 2018, AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento do Capital realizado pela



Accounting Standards Board (IASB).

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos atenção para Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 4.333.855 mil (R\$ 4.271.512 mil na controladora), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 11.916.600 mil (R\$ 9.724.552 mil na controladora). Conforme apresentado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições juntamente com a necessidade de manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2018 e o atendimento das condições precedentes à conversão de dívidas em ações como definido no referido plano, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo

Contador CRC RJ-091559/O-4.

- continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**Classe I - Credores Trabalhistas**

O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo:

Regra geral: será feito o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, serão pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido.

Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações:

- Será feito o pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo.
- Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor.

O pagamento dos Credores Trabalhista sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo.

**Crédito da Fundação Atlântico:**

- Será feito pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.

• Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros, INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal.

**Classe II - Créditos com Garantia Real**

Os credores da Classe 2 serão pagos conforme abaixo:

O credor receberá o valor da dívida original, constado na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo:

O pagamento do principal será feito da seguinte forma:

- 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano;

- O principal será pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72º	0,0%
73º a 132º	0,33%
133º a 179º	1,67%
180º	1,71%

- 4 anos de carência de juros.

Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal.

**Classes III e IV - Credores Quirografários e ME/EPP**

A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ:

Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (hum mil reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano.

Credores Quirografários e ME/EPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), poderão optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe 3 e 4 de titularidade dos Credores Quirografários serão pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

- Será feito o pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado;

• Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada;

- Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, apurada após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor.

**Geração de Caixa Excedente ("Cash Sweep")**

Os Credores Quirografários, ME/EPP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo Oi com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições:

- Nos primeiros 5 anos após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 200 milhões.

- A partir do 6º ano após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo.

- O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre:

- (i) 25% da soma de OPEX e CAPEX do ano anterior; ou

- (ii) R\$ 5 bilhões.

- Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo.

**Aumentos de Capital - Novos Recursos**

Respeitado o direito de preferência dos acionistas, e atendendo as condições precedentes descritas no item a seguir, a Recuperanda se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000. O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações da Oi em circulação no dia útil imediatamente anterior ao aumento de capital.

Será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações de emissão da Recuperanda aos investidores identificados no Contrato de "Backstop", que se comprometeram a prontamente fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital, conforme definido no mencionado Contrato de "Backstop". Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados no Contrato de "Backstop".

**Obrigações Adicionais e outras situações relevantes:**

**Restrição a Pagamentos de Dividendos:** O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nas hipóteses previstas no Plano.

As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma: (i) até o 6º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante.

**Suspensão de Obrigações:** Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concursais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursais a serem renegociados e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"):

- Resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente;

- Restrição a Pagamento de Dividendos.

As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos).

Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelarem os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltarão a ser aplicáveis.

**Condições Precedentes:** O PRJ, no anexo da cláusula 4.3.3.5, estabelece um conjunto de condições precedentes resolutivas e suspensivas que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados até a efetiva conversão dos créditos em títulos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração não tem conhecimento de que exista qualquer descumprimento destas condições.

**Alienação de Bens do Ativo Permanente:** O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo esforços no sentido da alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação.

**Reorganização societária:** O PRJ, no anexo da cláusula 7.1, lista um conjunto de operações societárias que a Ad-



0 a 10º	0,0%
11º a 20º	2,0%
21º a 33º	5,7%
34º	5,9%

• Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano, sendo que:

- durante o período de carência do principal serão pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes serão capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros serão pagos semestralmente.

• uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

• a cessão de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da Oi.

#### Reestruturação dos "Bonds":

Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados:

• Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD500.000.000,00.

• Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal.

• Carência do Principal: 6 anos a partir da homologação do Plano.

• O principal será equivalente a 50% dos créditos dos "bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 12º	0,0%
13º a 18º	4,0%
19º a 23º	12,66%
24º	12,70%

• Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 78º mês contado da homologação judicial do Plano.

#### Reestruturação dos "Bonds" qualificados:

• Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, sendo que receberão o seguinte:

o Ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF;

o Um pacote com:

• Novas "Notes";

• Novas Ações Ordinárias I; e

• Bônus de Subscrição.

• Razões de troca: para cada USD664.573,98:

o 9.137 ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF;

o Novas "Notes", emitidas ao preço global de USD145.262, o qual compreende o valor de face de USD130.000 e um prêmio de emissão de USD15.262;

o 119.017 Novas Ações Ordinárias I;

o 9.155 Bônus de Subscrição.

OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi é de 825.760.902.

• As Novas "Notes" serão emitidas em múltiplos de USD1.000, e terão o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45.

o Vencimento: 7º ano após a sua data de emissão.

o Principal: será pago em parcela única com vencimento no 84º mês após a data de emissão;

o Juros: pode acontecer de uma das duas formas abaixo:

• 10% ao ano, pagos semestralmente; ou

• Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 36º mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente.

• As Novas Ações Ordinárias I serão devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos: o Serão emitidas até 1.756.054.163 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário entre R\$ 6,70 e R\$ 7, de modo que o montante total será entre R\$ 11.756.562.892,10 e R\$ 12.292.379.141.

• Bônus de subscrição: serão emitidos até 135.081.089 Bônus de Subscrição.

#### Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral

Esta oferta será aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atingirem seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber.

• O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos.

• Juros/atualização monetária:

• TR ao ano, em caso de créditos quirografários que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal.

• Sem juros em caso de créditos quirografários que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

• A Recuperadora terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados.

• Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subtraído o valor dos créditos concursais que forem reestruturados de outra forma nos termos do plano.

Credores Fornecedores Parceiros

• Credores Fornecedores Parceiros, fornecedores de bens e/ou serviços que maniveram termos e condições praticadas antes da homologação judicial, cujos créditos não decorrentes de em-

Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	100%	100%
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi	40%	40%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	100%	100%
VEX USA Inc	Internet Wifi	100%	100%
VEX Will Canadá Ltd	Internet Wifi	100%	100%
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi	100%	100%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	100%	100%
Bryophyta SP Participações S.A.(i)	Investimentos em propriedades	0,20%	0,20%

(i) A Oi Móvel alienou as ações que detinha da Bryophyta SP Participações S.A. para a Oi.

As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta		Indireta	
		2017	2016	2017	2016
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	50%		50%	
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financeira		50%		50%
Hispanar Satélites S.A. ("Hispanar")	Operação de Satélites	19,04%		19,04%	
	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras		29,90%		29,90%

Gamecorp S.A. ("Gamecorp")

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial.

A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

Adicionalmente o Conselho de Administração da Companhia tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no PRJ. Além disso, foi contratado um avaliador independente, para emitir laudo de avaliação da viabilidade econômico-financeira das empresas Recuperandas no âmbito do PRJ, em consonância com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a Recuperação judicial. O Laudo de viabilidade econômico-financeira emitido encontra-se arquivado nos autos da RJ. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, conforme reforçado em manifestação protocolada nos autos da RJ em 10 de abril de 2018 por "Bondholders" qualificados que já optaram pela conversão dos seus créditos em ações da Companhia na forma da Clausula 4.3.3.2 do Plano, não apenas as Recuperandas, mas também importantes credores têm trabalhado em conjunto para cumprir satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitos no âmbito do processo de recuperação judicial.

Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes resolutivas ou suspensivas incluídas no PRJ. Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido é de R\$ 5.676.706 (R\$ 5.615.602 na controladora), o prejuízo líquido do exercício é de R\$ 4.333.855 (R\$ 4.271.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo é de R\$ 11.916.600 (R\$ 9.724.552 na controladora). Em 31 de dezembro de 2016, o total do patrimônio líquido representado é de R\$ 10.008.847 (R\$ 10.085.400 na controladora), o prejuízo líquido do exercício representado é de R\$ 3.417.477 (R\$ 3.203.926 na controladora) e o capital circulante líquido negativo representado é de R\$ 8.716.424 (R\$ 7.731.232 na controladora), vide Nota 27.

#### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2018 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017, tendo divulgado os impactos estimados a registrar em 2018 na Nota 27. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da Recuperação Judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2016.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ.33.000.118/0001-79

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

Controladora				
2017				
Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica	
PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA	
Custo do serviço corrente	33	1.304		89
Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424	234.464
Rendimento dos ativos do plano	(34.945)	(412.261)	(615.098)	(271.857)
Juros sobre o passivo oneroso	3.236	40.222	221.674	37.393
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(21)	(1.304)		(89)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados				
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				
Total da despesa (receita) reconhecida				

Controladora				
2016 (Reapresentado)				
Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica	
PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA	
Custo do serviço corrente	24	1.586		37
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	367.355	136.029
Rendimento dos ativos do plano	(34.062)	(385.326)	(638.954)	(258.724)
Juros sobre o passivo oneroso	4.282	57.180	271.599	122.695
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(12)	(1.585)		(37)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados				
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				
Total da despesa (receita) reconhecida				

Consolidado				
2017				
Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica	
BRT- PREV	TCS- PREV	PBS- Telemar	Telemar Prev	PBS-A
Custo do serviço corrente	23	56	33	1.506
Juros sobre obrigações atuariais	173	311	31.697	381.256
Rendimento dos ativos do plano	(134)	(846)	(34.946)	(422.327)
Juros sobre o passivo oneroso			3.236	41.071
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(20)	(1.506)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	62	56		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Total da despesa (receita) reconhecida				

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS  
Transações com partes relacionadas consolidadas  
(até o nível da "holding" Oi)

Controladora			Consolidado		
2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016
(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")		61.487			61.487
Oi Holanda		61.487			61.487
Contas a receber	1.890.194	1.089.829	954.947	577.782	399.093
Rio Alto	121.174	71.623	59.507	57.589	398.135
Oi Móvel	193	361	958	193	958
BRT Multimídia	1.653.217	977.124	862.318		
Oi Internet	52.787	21.796	16.228		
Serdec	62.622	18.921	15.857		
Pago Administradora	155	2	79		
Créditos com controladas	46	2			
Oi	173	157	23.979	4.619.733	4.143.112
Oi Serviços Financeiros			4.619.733	4.142.241	1.868
Oi Móvel		23.847		871	23.847
Debêntures	173	157			
Oi	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952	1.075.514
Dividendos a receber	870.125	1.166.950	184.465	27.940	939.723
BRT Multimídia	127.996	87.593	20.500		939.723
BRT Serviços Financeiros	2.457	1.165			27.940
Oi Móvel	348.590	348.590	1214		
Copart 5	27.940	27.940	27.940	27.940	27.940
Oi Internet	363.142	700.971	133.666		
Demais ativos	380.112	258.147	124.603	58.265	210.748
Oi	8.596	3.685	124.500	58.265	79.382
Oi Móvel		56.846			210.748
Serdec	138.862	39.455			
BRT Multimídia	29	514			
Oi Internet		24.959			
Rede Conecta	232.625	132.688			
Passivo					
Fornecedores	1.449.294	1.230.778	537.149	596.615	432.122
Oi	220.365	191.581	183.709	596.615	432.122
Oi Móvel	85.948	104.206	129.731		1.071.077
Serdec	121.160	81.686	15.421		1.071.077
Pago Administradora	20.136	13.821	5.674		
BRT Multimídia	697	573	230		
Oi Internet	834.919	595.841	202.384		
Rede Conecta	166.069	243.070			
Empréstimos e financiamentos					
(Nota 17) (i)	4.360.441	3.964.354	2.684.640	10.474.975	8.952.421
Oi	3.064.056	2.774.123	2.066.734	3.139.708	2.857.909
Oi Móvel	811.243	734.480	590.060		3.164.547
BRT Multimídia	9.205	8.334	7303		



Total da despesa (receita) reconhecida	(30)	(953)								Pagto Administradora	528			
Principais premissas atuariais adotadas										Receitas financeiras	38			
										Oi	112.742	141.461	589.144	632.582
										Oi Serviços Financeiros	111.540	137.277	589.045	632.117
										Sereide		444	99	465
										Oi Móvel		1.827		
											1.202	1.913		
											Controladora			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
											2016			
											(Reapresentado)			
											2017			
											(Reapresentado)			
					</									

- continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

- CNPJ 33.000.118/0001-79

28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para rejeitar os seguintes ajustes:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (CPC 01 R1 / IAS 36).

Com a aprovação e homologação do PRJ (Nota 1), a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora).

(b) Reconhecimento de tributos diferidos (CPC 32 / IAS 12 e ICMV 371/2002).

Em decorrência das projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 1.663 milhões (R\$ 1.179 milhões na controladora) e R\$ 1.190 milhões (R\$ 455 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 473 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências

Com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no escrutínio e conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências. Tal revisão foi possível através de uma cobrança da forma mais efetiva da extratos junto dos bancos credores da RJ e que são detentores dos depósitos judiciais, digitalização de processos e possibilidade de uso de ferramenta informatizada nos sites dos Tribunais de Justiça, suspensão de créditos judiciais que restringiu a realização de novos depósitos e bloqueios e redução do número de entrada de novos processos judiciais.

Neste contexto a Companhia criou grupos internos interdisciplinares e contratou consultorias externas independentes para auxiliar na revisão dos controles e processos, incluindo reconciliações sobre os saldos de depósitos judiciais. Deste trabalho e em virtude do encerramento de processos e consequente expedição de alvará judicial para levantamento, resultou a necessidade de baixar os saldos de depósitos judiciais levantados em anos anteriores pelo autor, que não eram do conhecimento da Companhia até este momento ou não estavam disponíveis todos os elementos para a correspondente conclusão de eventual ajuste.

Adicionalmente, em função da alteração das premissas estatísticas baseadas no histórico de encerramento de processos foi necessário aumentar as provisões para contingências de natureza civil e trabalhista existentes à época. (Nota 20).

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia em 1 de janeiro de 2016, reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 968 milhões (R\$ 877 milhões na controladora) e R\$ 37 milhões (R\$ 98 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 491 milhões (R\$ 499 milhões na controladora) e R\$ 35 milhões (R\$ 50 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 456 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetária sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo.

A Companhia realizou procedimentos adicionais para a obtenção de suportes e conciliação de saldos entre empresas do grupo, tendo concluído pela necessidade de reconhecimento de passivos e baixa de contas a receber nas demonstrações financeiras.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa de contas a receber de R\$ 176 milhões (R\$ 146 milhões na controladora), e aumento de fornecedores em R\$ 186 milhões (R\$ 1 milhão na controladora).

(e) Realização de Créditos Tributários

A Companhia identificou, nas correspondentes datas bases, que o saldo de tributos diretos e indiretos a recuperar incluía valores prescritos ou sem documentação suficiente para contestação junto das autoridades competentes.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia registrou em 1 de janeiro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis, reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 198 milhões (R\$ 138 milhões na controladora) e R\$ 43 milhões (R\$ 43 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis reconhecidos nas rubricas de tributos em R\$ 214 milhões (R\$ 140 milhões na controladora). O resultado líquido de 2016 foi reduzido pelo reconhecimento de perda adicional relativa à realização de créditos

Conciliação do Patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2016¹	16.821.814	16.821.814
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração		(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(1.179.493)	(1.662.976)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(779.017)	(931.275)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(353.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(181.313)	(242.165)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.036)	(159.609)
(g) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(1.255.066)	
Patrimônio líquido reapresentado em 1 de janeiro de 2016	13.240.736	13.223.567

Os ajustes procedidos no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2016¹	14.515.111	14.629.803
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração		(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(455.362)	(1.190.049)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(1.227.373)	(1.387.680)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(353.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(183.457)	(257.525)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.036)	(159.609)
(g) Conciliação de contas a receber		(86.468)
(h) Realização de ágio da Rede Conecta		(937.403)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(2.377.332)	
Patrimônio líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2016	10.085.400	10.008.847

Os ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 3.598.247 e R\$ 1.022.709, respectivamente.

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora					
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	(b)	(c)	(e)	(f)	Saldos reapresentados em 31/12/2016
Receita de venda de bens e/ou serviços	9.298.084					9.298.084
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)					(7.690.650)
Resultado bruto	1.607.434					1.607.434
Despesas/Receitas operacionais	(936.928)		(263.322)	(2.144)	(1.122.264)	(2.324.658)
Resultado de equivalência patrimonial	1543.498				(1.122.264)	421.234
Despesas com vendas	(1649.181)					(1.649.181)
Despesas gerais e administrativas	(999.699)					(999.699)
Outras receitas operacionais	918.790					918.790
Outras despesas operacionais	(750.336)		(263.322)	(2.144)		(1.015.802)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	670.506		(263.322)	(2.144)	(1.122.264)	(717.224)
Resultado financeiro	(1.566.312)		(185.033)			(1.750.345)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(894.806)		(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(2.467.569)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.460.487)	724.130				(736.357)
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.203.926)
Atribuição a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.203.926)

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos reapresentados em 31/12/2016
Consolidado		





—☆ continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**Salário-de-Participação.** A Contribuição Esporádica do Participante do grupo BRTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBT (Unidade Previdenciária BR). Não exista contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) **PBS-Telemar**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000 0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patronadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente aquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(v) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha do salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no

Controladora			
01/01/2015 (Reapresentado)			
Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
242.108	2.704.907	3.048.999	-
27.446	308.055	343.562	-
80	2.157	-	-
43	-	-	-
(19.368)	(206.501)	(294.854)	1.070.450
(11.869)	(195.295)	(140.674)	-
238.440	2.613.323	2.957.033	1.070.450
251.978	2.920.300	5.868.212	-
28.622	333.537	677.075	-
114	-	-	-
(19.368)	(206.501)	(294.854)	-
-	-	(1.675.895)	2.007.048
9.788	2.479	455.770	-
271.134	3.049.815	5.030.308	2.007.048
(32.694)	(436.492)	(2.073.275)	(936.598)
32.694	436.492	2.073.275	936.598

Consolidado							
2017							
Planos de Pensão							Planos de Assistência Médica
BTSPREV	TCPSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073
173	311	31.697	381.256	393.424	3.328	15	234.464
23	56	32	1.506		48	7	89
		41			7		
(88)	(11)	(22.480)	(253.289)	(344.256)	(2.354)		(170.127)
(99)	(474)	11.770	189.610	154.173	1.705	(114)	416.473
1.547	2.578	300.208	3.665.281	3.690.110	31.938	41	2.555.972
1.204	8.690	306.505	3.693.378	5.360.600	54.684	2.553	2.396.818
134	1.021	34.946	422.327	615.098	6.343	301	271.857





A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

#### Planos

##### (i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

##### (ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora			
	2017			
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	279.147	3.265.462	3.486.769	2.075.073
Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424	234.464
Custo do serviço corrente	33	1.304		89
Contribuições de participantes vertidas no ano	41			
Benefícios pagos líquidos	(22.480)	(247.566)	(344.255)	(170.127)
Constituição de obrigação atuarial				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	11.770	184.763	154.172	416.473
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	300.208	3.576.002	3.690.110	2.555.972
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	306.505	3.605.460	5.360.600	2.398.818
Rendimentos dos ativos do plano	34.946	412.261	615.098	271.857
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	114			
Pagamento de benefícios	(22.480)	(247.566)	(344.256)	(170.127)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	32.880	102.673	258.697	165.266
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	351.965	3.872.828	5.890.139	2.665.814
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(51.757)	(296.826)	(2.200.029)	(109.842)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	51.757	296.826	2.200.029	109.842
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>				

	Controladora			
	2016 (Reapresentado)			
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	238.440	2.513.323	2.957.032	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	367.355	136.029
Custo do serviço corrente	24	1.586		37
Contribuições de participantes vertidas no ano	42			
Benefícios pagos líquidos	(21.115)	(230.684)	(292.754)	(135.107)

	BITPREV	TCSPREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNC	CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.032	24.918	89	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	178	293	29.768	336.455	367.355	3.125	11	136.029
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.912		38	4	37
Contribuições de participantes vertidas no ano			42			9	1	
Benefícios pagos líquidos	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.754)	(2.325)		(135.107)
Constituição de obrigação atuarial								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(35)	60	31.989	564.450	455.136	3.439	28	1.003.684
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.151	7.183	271.134	3.134.969	5.030.307	50.289	2.501	2.007.048
Rendimentos dos ativos do plano	141	934	34.062	396.140	638.954	6.449	327	258.724
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora								
Contribuições normais recebidas pelo plano				115		21	2	
Patrocinadora				73		12	1	
Participantes				42		9	1	
Pagamento de benefícios	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.755)	(2.325)		(135.107)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(5)	583	22.310	398.247	(15.906)	270	(277)	268.153
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.204	8.690	306.506	3.693.378	5.360.600	54.684	2.553	2.398.818
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	334	(5.994)	(273.588)	(347.180)	(1.873.831)	(25.480)	(2.420)	(323.745)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso				1.476	27.358	347.180	1.873.831	25.480
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>	334	(4.518)						

	Consolidado							
	01/01/2016 (Reapresentado)							
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica				
	BITPREV	TCSPREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNC	CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.478	2.006	242.108	2.769.924	3.048.999	25.842	94	
Juros sobre obrigações atuariais	165	236	27.446	315.487	343.562	2.940	10	
Custo do serviço corrente	33	58	80	2.600		82	4	
Contribuições de participantes vertidas no ano			43			18	1	
Benefícios pagos líquidos	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)		1.070.450
Constituição de obrigação atuarial								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(163)	3	(1.869)	(197.326)	(140.674)	(1.977)	(20)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.033	24.918	89	1.070.450
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.132	5.730	251.978	2.994.597	5.868.212	48.794	2.367	
Rendimentos dos ativos do plano	124	676	28.622	342.065	677.075	5.658	279	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora								
Contribuições normais recebidas pelo plano				114		35	4	
Patrocinadora				71		17	3	
Participantes				43		18	1	
Pagamento de benefícios	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)		
Aumento (redução) decorrente da transferência de recursos					(1.675.895)			2.007.048

-3- continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

tudo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TJLP reduziu para 7,0% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a..

2017

Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD	CDI	TJLP	USD	CDI	TJLP	USD
6,89%	7,00%	1,8371%	8,61%	8,75%	2,2963%	10,34%	10,50%	2,7556%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	Risco Individual	2017					
		Controladora			Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	399.868	417.592	435.151	399.868	417.592	435.151
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	656.103	820.130	984.156	411.634	514.543	617.452
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	374.109	403.995	433.880	374.109	403.995	433.880
Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros		1.430.080	1.641.717	1.853.187	1.185.611	1.336.130	1.486.483
Total (ganho) perda			211.637	423.107		150.519	300.872

**3.2.2. Risco de crédito**

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

**3.2.3. Risco de liquidez**

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Faço ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

**4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	(Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita bruta de vendas e/ou serviços	11.196.163	13.761.473	30.594.804	33.270.925
Deduções da receita bruta	(3.499.893)	(4.463.389)	(10.648.502)	(12.503.913)
Tributos	(2.699.460)	(2.864.301)	(6.127.168)	(6.115.655)
Outras deduções	(800.433)	(1.599.088)	(4.521.334)	(6.388.258)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.696.270	9.298.084	19.946.302	20.767.012

**5. DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	(Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	(Reapresentado)
Serviços de terceiros	(1.944.930)	(2.163.961)	(5.401.658)	(5.425.032)
Depreciação e amortização	(2.002.421)	(2.247.106)	(3.959.232)	(4.105.515)
Alugueis e seguros	(1.571.036)	(1.732.951)	(3.737.975)	(3.895.661)

**9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 1 de janeiro de 2016, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Caixa e contas bancárias	73.462	77.024	195.166	168.184
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233
Total	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Operações compromissadas	520.679	627.141	331.635	2.692.168
COB - Certificado de Depósito Bancário	42.017	111.070	104.798	81.093
"Time Deposits"	914	1.215	749.415	914
Outros	41	48	21.490	2.058
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Títulos privados			84.729	165.218
Títulos públicos	577	6.293	7.060	95.507
Outros		61.486		61.487
Aplicações financeiras	577	67.779	91.789	260.725
Circulante	577	67.779	7.060	95.507
Não circulante			84.729	165.218

**10. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Serviços faturados	3.464.200	3.394.933	3.792.279	6.226.710
Serviços a faturar	304.391	303.160	290.665	303.067
Apreços e acessórios vendidos			624.138	838.304
Subtotal:	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(463.784)	(335.996)	(345.790)	(769.739)
Total	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176

Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 24.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
A vencer	2.869.523	2.768.745	3.251.500	5.117.642
			5.448.946	5.639.478



Total	1.020.521	918.790	1.850.272	1.287.753
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões	(4.508.315)	(536.977)	(4.810.183)	(1.754.786)
Tributos	(393.128)	(238.345)	(1.274.785)	(752.511)
Participação de empregados e administradores	(107.496)	(24.015)	(236.412)	(62.036)
Baixa de imobilizado	(115.241)	(26.128)	(118.797)	(45.080)
Multas	(73.001)	(13.902)	(103.328)	(42.672)
Descontos concedidos	(2.307)	(3.523)	(4.557)	(4.853)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos	(23)		(130)	(101)
Outras despesas	(87.079)	(172.912)	(595.911)	(358.408)
Total	(5.286.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)

## 7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	3.184.388		3.261.008	
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	494.348	268.277	610.934	472.595
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	112.742	141.460	589.144	632.582
Pendimentos de aplicações financeiras	68.746	46.569	297.328	222.984
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	81	(6.638)	560	(5.877)
Dividendos recebidos		10.305		10.305
Outras receitas	12.724	38.057	115.471	74.807
Total	3.873.029	498.030	4.874.435	1.407.396
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(458.846)	(398.847)	(1.620.116)	547.382
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(669.331)	(788.496)	(844.389)	(934.189)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(67.241)	923.125	(67.525)	921.800
Juros sobre debêntures	(4.886)	(3.214)	(4.886)	(3.214)
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(973.875)		(973.875)
Sub-total:	(1.200.304)	(1.241.307)	(2.536.916)	(442.096)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(536.633)	(256.291)	(669.845)	(390.165)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(177.911)	(244.540)	(362.263)	(417.080)
Atualização monetária de provisões	(284.920)	(301.961)	(500.274)	(383.145)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6.598)	(5.536)	(9.558)	(8.918)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	25.154	(39.456)	24.234	(39.921)
Outras despesas	(201.508)	(159.284)	(261.903)	(207.277)
Sub-total:	(1.182.416)	(1.007.068)	(1.779.609)	(1.446.506)
Total	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)
Resultado financeiro	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.206)

(i) Refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ (Nota 20).

(ii) Vide Nota 3.1 item (i).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(125.852)	(48.545)	(728.293)	(397.606)
Tributos diferidos	409.386	(687.812)	847.677	(1513.246)
Total	283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)
	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações	(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.548.716	838.973	1.514.101	512.242
Equivalência patrimonial	(68.591)	143.220	(371)	473
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(25.241)	(167.110)		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	450	997	13.435	18.608

## IRRF / CS - Impostos

reitos na fonte (ii)	91.814	339.529	170.256	208.140	417.786	244.105
Circulante	145.314	357.590	170.256	647.126	800.391	544.018
Tributos diferidos a recuperar						
IR e CS sobre diferenças temporárias e						
prejuízos fiscais (iii)			363.913			716.349
Não circulante			363.913			716.349

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)

Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	2.958	13.781	8.791	408.536
Contribuição social a pagar	1.064	5.065	3.225	150.574
Circulante	4.022	18.846	12.016	559.110
Tributos diferidos a recolher				
IR e CS sobre diferenças temporárias	419.861	353.435	500.110	826.327
Não circulante	419.861	353.435	500.110	826.327

(i) Reletem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Reletem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

(iv) Reletem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 8.751.528 e correspondem a R\$ 2.975.520 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 353.555 (2016 - R\$ 531.046 e 01/01/2016 - R\$ 1.161.694) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2016	Reconhecido no resultado 2016	Saldo em 2016	Saldo em 2016	Reconhecido no resultado 2016	Saldo em 2017
	(Reapresentado)	IR/CS diferido	Adições/Transferências	(Reapresentado)	IR/CS diferido	Adições/Transferências
Impostos diferidos ativos						
com relação a:						
Diferenças temporárias						
Provisão para participação nos lucros	25.283	(17.118)		8.165	30.396	38.561
Provisões	364.940	26.114		411.054	173.621	584.675
Perdas estimadas para créditos de liquidações duvidosas	465.205	13.629		478.834	32.666	511.500
Variações cambiais	189.447	79.432		278.879	55.161	334.040
Outras adições/exclusões temporárias - Ativo	210.086	(514.566)	504.907	200.427	65.990	266.417
Juros da dívida		203.472		203.472	341.138	544.610
Contabilidade de "hedge"	29.537	(29.537)				
Outras adições/exclusões temporárias - Passivo	(315.015)		315.015			
Provisão para perda	(1.314.498)	(266.333)		(1.580.831)	(698.972)	(2.279.803)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças						

continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

Consolidado										Controladora					
	Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	Reconhecido no resultado diferido IRCS	Reconhecido no resultado líquido Transfêrencia	Saldo em 2016 (Reapresentado)	Reconhecido no resultado diferido IRCS	Reconhecido no resultado líquido Compen-sações	Saldo em 2017	Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Qtde. milhares de Ações			Participação - %	
											Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
Impostos diferidos ativos com relação a:														100	100
Diferenças temporárias														81,43	81,43
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	100.435	15.937		116.432	(30.015)		86.417	Oi Internet	1.386.894	1.036.796	821.159			100	100
Provisão para participação nos lucros	40.376	(22.273)		18.103	61.853		79.956	Serete	(747.951)	(335.717)	19.238.257			81,43	81,43
Provisão para fundos de pensão	(1.288)	20	105	(1.163)	56	278	(829)	Oi Móvel	6.291.025	(988.912)	14.209.581			100	100
Provisões	482.335	41.263		503.538	331.361		834.959	BrT Multimídia	265.285	32.408		446.245		99,99	99,99
Perdas estimadas para créditos de liquidações duvidosa	537.404	5.996		543.400	37.428		580.828	BrT Call Center	(15.154)	(8.923)	11.270	22.370		100	100
Variações cambiais	199.447	(311.826)		(112.379)	446.419		334.040	BrT Card	7.972	445		7.499.999		100	100
Outras adições/exclusões temporárias								Dommo	(89)	(15)	11.265	22.531		100	100
- Ativo	(208.557)		1.180.457	971.910	(486.224)		485.686	Hispamar	216.140	15.521	113.213			19,04	19,04
Juros da dívida	203.472			203.472	341.138		544.610	AIX	27.319	2.834	298.563			50	50
Contabilidade de "trade"	29.537		(29.537)					Controladora							
Outras adições/exclusões temporárias								2017							
- Passivo	(438.491)		438.491	(788.866)	(278)	520.956	(268.188)	Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo				
Provisão para perda	(1.370.624)	(872.749)		(2.243.373)	(702.294)		(2.945.667)	Oi Internet		1.036.796					
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(440.809)	(1.148.717)	(29.432)	1.618.958	(788.144)		520.956	Serete		(273.374)					609.056
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL								Oi Móvel		(988.913)		6.291.025			
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.212.642	453.953		2.666.595	1.464.444	(520.956)	3.610.083	BrT Multimídia		32.408		265.285			15.154
Provisão para perda	(1.055.484)	(1.611.111)		(2.666.595)	(675.300)		(3.341.895)	BrT Call Center		(8.923)					
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.157.158	(1.157.158)						BrT Card		445		7.972			
Total imposto diferido ativo	716.349	(2.305.875)	(29.432)	1.618.958				Dommo		(15)					89
Tributos diferidos passivos								Hispamar		2.955		41.960			
Diferenças temporárias e IR e CS Ativo					788.866	278	(520.956)	AIX		(3.118)		42.346			
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo								Total		(201.739)		8.035.481			624.299
	792.831		(1.618.958)	(826.327)	58.029		(768.298)	Controladora							
								2016 (Reapresentado)							
								Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo				
								Oi Internet		724.225		1.079.597			
								Serete		(1.134.235)		(335.681)			
								Oi Móvel		867.794		7.280.499			
								BrT Multimídia		(38.888)			446.245		99,99
								BrT Call Center		(6.232)		11.270	22.370		100
								BrT Card		695		7.499.999			100
								Dommo		(73)		11.265	22.531		100
								Hispamar		6.770		113.213			19,04
								AIX		2.596		298.563			50
								Controladora							
								2016 (Reapresentado)							
								Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo				
								Oi Internet		724.225		1.079.597			
								Serete		(1.134.235)		(335.681)			
								Oi Móvel		867.794		7.280.499			
								BrT Multimídia		(38.888)					
								BrT Call Center		(2.100)		(6.232)			
								BrT Card		695		8.128			

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132126-2 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218195 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DAFD0F1F6BE86105B10B5DD6ABD4E2B7E07F516EDD1F68EB1CEE5FE4DDD07CB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 42/51



(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. Ainda conforme a legislação estadual do Rio de Janeiro nº 7.298/2016 e nº 7.019/2015, a Companhia e empresas controladas aderiram à compensação das dívidas do Governo com créditos tributários relativos ao ICMS devido pelas mesmas, na forma prevista nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

A OPMóvel, controlada da Companhia, é autora em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e, amparadas em decisão judicial de mérito proferida em sede de 2º grau, que lhes foi favorável, suspenderam o recolhimento da parcela das contribuições correspondentes ao valor do imposto estadual. Durante os períodos em que o procedimento foi adotado, foram constituídas provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de março de 2017 referiam-se aos valores não liquidados do PIS e COFINS de novembro de 2008, dezembro de 2013 a julho de 2014 e de julho de 2016 a fevereiro de 2017 para Oi Móvel, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da já mencionada decisão.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para COFINS. Com base na referida decisão, e amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF, a Oi Móvel reverteu as provisões para contingências referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituídas nos períodos acima mencionados, até a data do referido julgamento, sendo os montantes de reversões das provisões registradas de R\$ 107 milhões no consolidado e os montantes de reversões das atualizações monetárias registradas de R\$ 24 milhões no consolidado. Ressalta-se que existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro. Porém, mesmo nessa hipótese, na avaliação da Companhia e de seus assessores, são remotas as chances de utilização do instituto da modulação para obrigar os contribuintes ao recolhimento de débitos relativos a fatos geradores anteriores ao julgamento do STF e que ainda não tenham sido quitados.

#### 13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Cíveis	2.064.557	1.797.941	1.769.200	2.384.756
Tributários	1.165.242	1.276.311	1.336.336	1.904.919
Trabalhistas	766.508	790.634	798.735	963.724
Subtotal:	3.996.307	3.864.886	3.904.271	5.253.399
Perda estimada (i)	(861.067)	(876.194)	(645.494)	(980.095)
Total	3.125.240	2.988.692	3.258.777	4.273.304
Circulante	282.870	202.973	324.885	336.561
Não circulante	2.862.370	2.785.719	2.933.892	3.936.743

(i) Conforme mencionado na Nota 2, durante 2017 a Companhia realizou conciliação dos depósitos judiciais e como resultado reconheceu baixa em anos anteriores e também registrou provisão para perdas estimadas para os depósitos judiciais que estava em vigor. Tal registro foi estimado com base em informações externas disponíveis (extratos bancários recebidos dos depositários e / ou informações obtidas no site do Tribunal Judicial) e informações internas disponíveis (sistemas internos).

Conforme informado na Nota 2 (b) os saldos de depósitos judiciais foram ajustados em função da conciliação dos saldos contábeis com os extratos bancários.

#### 14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Participações avaliadas a:				
Investimento em controladas	735.175	8.303.100	8.212.066	42.346
Negócios em conjunto	84.306	82.519	87.055	42.115
Investimento em coligadas				38.139
Custo de aquisição	3.986	3.986	3.986	13.833
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	8.676	23.895
Outros investimentos	249	249	249	249
Total	8.048.392	8.398.530	8.312.032	122.438
Resumo das movimentações dos saldos de investimento				
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)			8.312.032	140.817

BRT Multimídia	(43.086)	387.563
Copart 5	32.875	
BRT Call Center	(24.486)	(4.180)
BRT Card	737	8.123
Dommo	(345)	89
Hispamar	5.661	38.485
AIX	(3.334)	48.570
Total	(791.179)	8.299.121

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2015.

Informações financeiras resumidas

Controladas e Negócios em conjunto	2017		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Internet	2.630.342	1.243.448	2.470.551
Sereide	994.870	1.742.821	1.580.865
Oi Móvel	22.229.105	15.938.081	9.148.125
BRT Multimídia	631.323	368.038	159.343
BRT Call Center	182.071	197.225	479.454
BRT Card	10.464	2.492	
Dommo	111	200	
Hispamar	389.786	173.646	274.719
AIX	35.994	8.675	42.840

Controladas e Negócios em conjunto	2016 (Reapresentado)		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Internet	2.490.666	1.411.070	1.773.393
Sereide	1.256.121	1.668.356	978.499
Oi Móvel	22.003.347	14.722.847	9.969.295
BRT Multimídia	510.315	233.524	181.897
BRT Call Center	252.349	258.581	547.741
BRT Card	10.047	1.919	
Dommo	34	107	
Hispamar	325.054	154.710	274.719
AIX	33.215	9.443	42.840

Controladas e Negócios em conjunto	Ativos		Passivos	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Oi Internet	1.558.484	628.749		
Sereide	221.687	154.285		
Oi Móvel	16.694.424	9.871.139		
BRT Multimídia	559.480	171.917		
BRT Call Center	187.914	192.044		
BRT Card	9.383	1.260		
Dommo	142	53		
Hispamar	339.892	137.763		
AIX	29.675	9.476		

#### 15. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros (i)	Infra-estrutura	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1.256.737	10.248.097	17.927.502	21.672.321	2.232.074	1.997.415
Adições	2.013.711	65	132.184	1.658	9.227	2.168.790
Baixas	(8.587)		(2.178)	(115.220)	(104)	(126.294)
Transferências	(1.561.732)	30.919	590.508	887.513	593	52.199
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.700.129	10.279.081	18.648.016	22.446.272	2.241.790	2.062.354
Adições	2.214.372	1.106	146.470	149.343	5.860	2.528.908
Baixas	(71.627)	(1.095)	(1.039)	(630.319)	(3.262)	(707.342)
Transferências	(1.535.898)	15.274	597.700	691.496	102.476	128.952
Saldo em 2017	2.306.976	10.294.366	19.391.147	22.656.792	2.350.126	2.199.801
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(9.789.616)	(13.660.959)	(17.126.232)	(1.654.245)	(1.374.039)	(43.605.091)
Despesas de depreciação	(150.347)	(928.873)	(762.613)	(55.802)	(106.928)	(2.004.563)
Baixas	1.410	102.902	104	177	104.593	
Transferências	(181)	60	15	248	(142)	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	(9.940.144)	(14.588.362)	(17.785.928)	(1.709.695)	(1.480.932)	(45.505.061)

- 2 - continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**Empresas do grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**Combinações de negócios**

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

**Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**Contas a receber**

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

**Ativo financeiro disponível para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

**Investimentos**

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

**Reconhecimento das receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

**Reconhecimento das despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que completam a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

**Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras.

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O



Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme mencionado.

As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

#### Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificável de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

#### Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de tomes fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2018 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

#### Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

#### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Desde a entrada em recuperação judicial, os empréstimos e financiamentos passaram a ser classificados como passivos correntes.

#### Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

#### Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso do pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégico.

O Plano de Recuperação Judicial, homologado em 8 de janeiro de 2018, inclui um conjunto de propostas de pagamento de dívidas decorrentes de contingências. Nos termos do IAS 1, a Companhia entende que ainda em se tratando de um evento subsequente, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial tem um efeito no fluxo de pagamentos futuros das contingências, tendo em vista o efeito da extinção das dívidas incluídas na recuperação judicial por conta da novação, nos termos da lei. Desta forma a Companhia passou a considerar nas estimativas das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 os efeitos do Plano de Recuperação Judicial.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados

o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

#### Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia oferece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos.

Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa arquivado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2017, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,11% (2016 - 11,3% / 01/01/2016 - 13,2%), o qual é revisado anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora) (Nota 2).

#### Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 20.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

#### Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

#### (e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos financeiros" - a norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma é eletiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018 e substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco.

A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação e mensuração de seus ativos financeiros que impacte materialmente seu patrimônio líquido.

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia espera um aumento das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 251 milhões (R\$ 135 milhões na controladora).

Adicionalmente, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas

- continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado				22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	(a) Capital social		
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	446.580	174.884	1.346.118	1.967.582	O capital social é de R\$ 11.661.092 (2016 - R\$ 11.661.092 e 01/01/2016 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.		
Aquisição de investimentos	(392)	515.276	3.667	518.551			
Adições / Reversões	211.034	120.185	488.165	817.384			
Atualização monetária	218.017	8.206	156.922	383.145			
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(62.454)	(100.414)	(392.970)	(555.838)			
Baixas	(286.195)	(98.874)	(149.694)	(534.763)			
Saldo em 2016 (Reapresentado)	526.590	619.263	1.450.208	2.596.061			
Adições / Reversões	21.652	227.366	4.561.165	4.810.183			
Atualização monetária	49.170	349.782	101.322	500.274			
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(65.043)	(113.006)	(220.592)	(398.641)			
Baixas	(18.615)	(3.259.496)	(3.278.111)	(6.556.222)			
Saldo em 2017	532.369	1.064.790	2.632.607	4.229.766			

(i) Conforme estabelecido nos procedimentos inerentes à Recuperação Judicial, a Companhia, não está realizando os pagamentos dos processos que demandem créditos sujeitos a esta, ainda que encerrados a partir de 20 de junho de 2016. Desta forma, o valor dos processos encerrados e não pagos foi transferido para o contas a pagar de Fornecedores da Companhia.

**Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes****Provisões****Tributárias:**

As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

(i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

**Trabalhistas:**

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

(i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

(vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de inclusão de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente realizadas com a Companhia.

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****(a) Capital social**

O capital social é de R\$ 11.661.092 (2016 - R\$ 11.661.092 e 01/01/2016 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)		
	2017	2016	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Capital total em ações			
Ações ordinárias	154.032	154.032	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465	190.465	190.465
Total em circulação	344.497	344.497	344.497

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

**(b) Reservas de capital****Reserva de ágio na subscrição de ações**

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e).

**Reserva de doações e subvenções para investimentos**

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e).

**Reserva especial Lei nº 8.200/1991**

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

**(c) Reservas de lucros****Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

**Reserva de investimentos**

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

**Reserva de incentivos fiscais**

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

As reservas acima mencionadas foram absorvidas com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e).

**(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido****(d.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações**

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

**(d.2) Outros resultados abrangentes**

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

**(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76.



as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos. A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. E de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 001068-32/2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia.

(ii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iii) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-torneadores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

#### Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

#### Tributárias:

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ICMS - Decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquia ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de credenciamento (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 9.642.042/2016 - R\$ 9.179.895 e 01/01/2016 - R\$ 8.751.765).

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.995.106 (2016 - R\$ 2.991.406 e 01/01/2016 - R\$ 2.531.607), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 333.893 (2016 - R\$ 653.915 e 01/01/2016 - R\$ 628.324) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a Telemar pelas autoridades previdenciárias (INFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 177.081 (2016 - R\$ 146.088 e 01/01/2016 - R\$ 289.907).

(iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionados aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.151.400 (2016 - R\$ 7.098.163 e 01/01/2016 - R\$ 6.655.614).

#### Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 553.990 (2016 - R\$ 412.585 e 01/01/2016 - R\$ 354.023).

#### Cíveis:

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 836.935 (2016 - R\$ 827.814 e 01/01/2016 - R\$ 861.120).

#### Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 7.167.372 (2016 - R\$ 7.278.499 e 01/01/2016 - R\$ 7.642.934) na controladora e R\$ 9.006.841 (2016 - R\$ 8.443.320 e 01/01/2016 - R\$ 9.478.726) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

#### 21. DEMAIS OBRIGAÇÕES

preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2017	2016 (Reapresentado)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	4.271.512	(3.203.926)
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	(1.909.885)	(1.432.544)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	(2.361.627)	(1.771.382)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)

#### (g) Participação de não controladores

A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Oi no capital da controlada Serede.

#### 23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

##### a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Planos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2017.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BRT Multimídia e Oi Internet	FATL
BRTPREV	Oi Móvel, BRT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Telemar, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PBS-A	Telemar	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNC	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e Telemar	Sistel

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de planos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

##### Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Plano BRTPREV			
Circulante	385	334	288
Não circulante	55	301	252
Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras	330	33	36

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Plano TCSPREV			
Circulante	3.864	4.518	4.892
Não circulante	90	705	53
Características dos planos de previdência complementar patrocinados	3.774	3.813	4.839

##### 1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiloto, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

##### Planos

##### (i) BRTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável inscrito no CNBP.

-2- continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo, em 1 de janeiro de 2018, para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser relevante no universo das receitas da Companhia.

**Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço**

A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato, é não resiliável, e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões (R\$ 345 milhões na controladora).

**Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato**

A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve alocar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento dos custos incorridos no cumprimento do contrato que será reconhecido ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"), no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões (R\$ 69 milhões na controladora).

A Companhia pretende aplicar a abordagem do método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação dos valores comparativos do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2018.

**IFRS 16 - "Arrendamentos"** - A nova norma elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17 / CPC 06, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados, podendo ficar de fora do escopo da norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 / CPC 06 e correspondentes interpretações. A Companhia ainda se encontra em fase inicial de avaliação de impacto do IFRS 16 e ainda não há estimativa de montante dos ativos de direito de uso e dos correspondentes passivos de locação que terão que ser reconhecidos na adoção inicial da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

**3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS****3.1. Mensuração do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo

Não ocorreram transferências entre níveis no exercício de 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 1 de janeiro de 2016. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

**(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares").

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

**(b) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia contratava operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora	Consolidado
	2016 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)
Ganho (perda) com "swap" cambial	(822.039)	(822.039)
Operações de termo em moedas	(152.265)	(152.265)
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	429	429
Total	(973.875)	(973.875)

Faca à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 2017, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes.

**3.2. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre de 2016, até ser liquidado em sua totalidade em julho do mesmo ano.

**3.2.1. Risco de mercado****(a) Risco de taxa de câmbio****Ativos financeiros**

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em



Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Custo amortizado	870.125	870.125	27.940	27.940
Passivo	Valor justo	89.198	89.198	89.198	89.198
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	3.708.720	3.708.720	6.654.926	6.654.926
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	14.871.577	14.871.577	22.300.301	22.300.301
Debêntures	Custo amortizado	58.124	58.124	58.124	58.124
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.136	849.136	849.136	849.136
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			20.910	20.910
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309	392.309
	Controladora			Consolidado	
	2016 (Reapresentado)				
Ativo	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	739.474	739.474	2.894.032	2.894.032
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.362.097	3.362.097	6.810.927	6.810.927
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.218.626	5.218.626
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	1.037.281	1.037.281	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	64.044	64.044	64.044	64.044
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.964.751	2.964.751	5.655.092	5.655.092
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.694.354	13.694.354	19.886.317	19.886.317
Debêntures	Custo amortizado	53.237	53.237	53.237	53.237
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.097	849.097	849.097	849.097
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	55.804	55.804	81.494	81.494
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	249.702	249.702	314.172	314.172
	Controladora			Consolidado	
	01/01/2016 (Reapresentado)				
Ativo	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e contas bancárias	Valor justo	195.166	195.166	303.754	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.207.338	1.207.338	1.968.468	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	67.779	67.779	242.054	242.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.737.154	3.737.154	6.645.602	6.645.602
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	965.438	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.547.290	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	184.485	184.485	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	103.500	103.500	103.500	103.500
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.861.601	1.861.601	5.182.166	5.182.166
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.625.179	13.625.179	15.381.781	15.381.781
Debêntures	Custo amortizado	50.023	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	98.505	98.505	98.505	98.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	850.559	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	270.218	270.218	315.434	315.434

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, no dia 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os valores registrados nas tabelas anteriores devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do PRJ, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício de 2017:

- (i) Corresponde a 10% de participação acionária na Pharol SGPS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharol no montante de R\$ 25.154 (2016 - R\$ 39.456 e 01/01/2016 - R\$ 146.601), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 16.602 (2016 - R\$ 26.041 e 01/01/2016 - R\$ 96.756).
- (ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.
- (iii) Para o exercício encerrado em 2017, parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados serão contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRJ.
- (iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores em dezembro de 2017 têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, terão seus créditos recebidos em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberão o saldo remanescente em quatro parcelas anuais.
- O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	Taxa	
	2017	Desvalorização
Cenário Provável		
Dólar	3.3080	0%
Euro	3.9693	0%
Cenário Possível		
Dólar	4.1350	25%
Euro	4.9616	25%
Cenário Remoto		
Dólar	4.9620	50%
Euro	5.9540	50%

Descrição	2017					
	Controladora			Consolidado		
	Risco Individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível
Dividas em Dólar	Alta do Dólar	4.789.593	5.986.991	7.184.389	4.789.593	5.986.991
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(914)	(1.143)	(1.371)	(2.003)	(2.504)
Dividas em Euro	Alta do Euro					
Caixa em Euro	Queda do Euro	(499)	(624)	(748)	(499)	(624)
Total Ativo/Passivo atrelado ao câmbio		4.788.180	5.985.224	7.182.270	4.787.091	5.983.863
Total (ganho) perda		1.197.044	2.394.090		1.196.772	2.393.545

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 92,1% (2016 - 91,8% e 01/01/2016 - 89,3%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

Ativos financeiros	Controladora					
	2017			01/01/2016		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Equivalentes de caixa	562.737	562.737	738.259	738.259	641.371	641.371
Aplicações financeiras			577	577	6.292	6.292
Créditos com partes relacionadas	1.186.125	1.186.125	1.075.671	1.075.671	963.702	963.702
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	14.929.701	14.929.701	13.747.591	13.747.591	11.699.390	11.699.390
Instrumentos financeiros derivativos					2.571	2.571
Passivos financeiros	Consolidado					
	2017			01/01/2016		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Equivalentes de caixa	2.775.319	2.775.319	2.892.023	2.892.023	1.401.862	1.401.862
Aplicações financeiras	91.127	91.127	260.725	260.725	180.567	180.567
Créditos com partes relacionadas	5.805.685	5.805.685	5.218.626	5.218.626	965.438	965.438
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos						

-☆ continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial**

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado						Composição da dívida por Indexador					
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total	Indexador/Taxa	Controladora 2016	01/01/2016	Consolidado 2016	01/01/2016
									2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Custo do imobilizado (valor bruto)								Taxa pré-fixada	660.544	630.138	1.005.578	1.290.370
Saldo em 01/01/2016								CDI	6.667.852	6.031.730	5.967.708	5.491.395
(Reapresentado)	1.488.812	13.598.936	31.524.548	21.765.669	1.934.069	3.934.268	74.246.322	Libor	4.725.685	4.482.646	4.725.685	5.186.468
Incorporação de controladas								Dólar				
(Nota 26 (a))	4.840	261	300	1.045	1.438	72.190	80.074	0,00% a.a.	1.528.796	1.476.832	1.501.433	2.432.586
Adições	3.245.822	65	245.257	3.230	16.934	24.429	3.535.737	TJLP	1.246.824	1.126.245	1.246.824	970.234
Depreciação acumulada	(15.216)		(5.029)	(115.220)	(788)	(504)	(136.757)	IPCA				
Saldo em 2016	(2.733.826)	76.416	1.685.103	887.390	425	84.492		INPC	14.929.701	13.747.591	13.675.202	15.431.804
(Reapresentado)	1.990.432	13.675.678	33.450.179	22.542.114	1.952.098	4.114.875	77.725.376	Total				
Adições	3.698.323	1.140	258.515	116.641	11.642	49.323	4.135.584	Garantias				
Depreciação acumulada	(78.463)	(1.095)	(12.260)	(630.512)	(18.266)	(740.596)	(740.596)	Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada Oi Móvel. A Companhia presta aval a sua controlada Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.133 milhões.				
Saldo em 2017	2.750.783	13.707.732	35.269.589	22.827.655	2.066.328	4.498.277	81.120.364	"Covenants"				
(Reapresentado)	(11.839.569)	(20.061.184)	(18.190.963)	(1.440.243)	(2.715.263)	(54.247.222)	(54.247.222)	A Companhia e sua controlada Oi Móvel, possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude da aprovação do Plano.				
Incorporação de controladas								De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiros dos instrumentos de dívida originais não são aplicáveis, devendo ser observado o Plano de Recuperação Judicial.				
(Nota 26 (a))	(108)	(163)	(504)	(626)	(30.074)	(31.475)	(31.475)	18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR				
Despesas de depreciação	(340.314)	(1.816.301)	(843.195)	(64.743)	(196.028)	(3.260.581)	(3.260.581)	Controladora				
Saldo em 2016								2016	01/01/2016	Consolidado	2016	01/01/2016
(Reapresentado)	(12.180.172)	(21.882.250)	(18.922.868)	(1.504.760)	(2.940.988)	(57.431.038)	(57.431.038)	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Despesas de depreciação	(305.817)	(1.713.048)	(808.388)	(50.017)	(360.396)	(3.237.666)	(3.237.666)	SMP				
Saldo em 2017	(12.485.962)	(23.594.620)	(19.199.800)	(1.608.908)	(3.233.739)	(60.112.829)	(60.112.829)	Concessões STFC	55.804		4.649	7.812
Imobilizado líquido								Total	55.804		16.261	73.682
Saldo em 01/01/2016								Circulante	55.804		20.910	81.494
(Reapresentado)	1.488.812	17.59.367	11.463.364	3.574.706	493.846	12.19.005	19.999.100	Não circulante			20.306	77.421
Saldo em 2016								Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos.			604	4.073
(Reapresentado)	1.990.432	14.95.506	11.567.929	3.619.246	447.338	1.173.887	20.294.338	19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL				
Saldo em 2017	2.750.783	1.221.770	11.684.969	3.628.055	457.420	1.264.538	21.007.535	O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:				
Taxa anual de depreciação (média)	10%	11%	9%	7%	13%			Controladora			Consolidado	
								2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	
								2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.								Parcelamento da Lei nº				
Informações adicionais								11.941/2009 e Lei nº				
De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.								12.865/2013	230.447	249.702	270.218	270.768
Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.902.617 (2016 - R\$ 4.978.905 e 01/01/2016 - R\$ 5.215.822) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.								PRT (MP nº 766/2017) (i)	105.289			118.582
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.								PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	2.424			2.959
16. INTANGÍVEL								Total	338.160	249.702	270.218	392.309
								Circulante	115.114	31.877	30.945	131.680
								Não circulante	223.046	217.825	239.273	260.649
								Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:				
								Controladora			Consolidado	
								2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	
								2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
								11.941/2009 e Lei nº	230.447	249.702	270.218	270.768
								12.865/2013	105.289			118.582
								PRT (MP nº 766/2017) (i)	2.424			2.959
								PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	338.160	249.702	270.218	392.309
								Total	115.114	31.877	30.945	131.680
								Circulante	223.046	217.825	239.273	260.649
								Não circulante				



	em formação	samento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	31.286	5.478.506	3.453.477	7.252	1.706.479	10.677.000
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))		30.732				30.732
Adições	357.537	24.241	84.312		56.332	522.422
Transferências	(368.030)	332.088	25	(1.111)	37.028	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	5.865.567	3.537.814	6.141	1.799.839	11.230.154
Adições	332.276	4.300			74.704	411.280
Baixas		(1.115)				(1.115)
Transferências	(335.783)	345.682	743		(10.642)	
Saldo em 2017	17.286	6.214.434	3.538.557	6.141	1.863.901	11.640.319
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)		(4.209.557)	(2.527.021)	(5.336)	(1.117.040)	(7.858.954)
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))		(14.774)				(14.774)
Despesas de amortização		(513.871)	(230.721)		(100.342)	(844.934)
Transferências		898	(1.553)		655	
Saldo em 2016 (Reapresentado)		(4.737.304)	(2.759.295)	(5.336)	(1.216.727)	(8.718.662)
Despesas de amortização		(462.259)	(173.790)		(85.517)	(721.566)
Baixas		55				55
Saldo em 2017		(5.199.508)	(2.933.085)	(5.336)	(1.302.244)	(9.440.173)
Intangível líquido						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	31.286	1.268.949	926.456	1.916	589.439	2.818.046
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	1.128.263	778.519	805	583.112	2.511.492
Saldo em 2017	17.286	1.014.926	605.472	805	561.657	2.200.146
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		16%	

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

### Empréstimos e financiamentos por natureza

Os contratos vigentes estabelecem que o pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui evento de inadimplemento. Entretanto, de acordo com a Lei nº 11.101/2005, os créditos sujeitos a recuperação judicial não podem ser demandados das Recuperandas durante o "stay period" previsto no aludido diploma legal e devem ser pagos exclusivamente na forma do plano de recuperação judicial aprovado e homologado, por força da novação operada pelo plano, de modo que não há mora ou inadimplemento por parte das Recuperandas. Para efeitos contábeis e de divulgação, os empréstimos e financiamentos exigíveis são apresentados no passivo circulante e estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Com a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial, foi dado início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial, ("Plano" ou "PRJ"), o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

	Controladora		Consolidado		Vencimento	
	2017	01/01/2016	2017	01/01/2016	Principal	Juros
Instituições financeiras	10.601.470	9.849.397	11.064.559	11.917.040	11.055.452	12.344.194
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.873.716	2.598.001	2.416.314	2.873.716	2.598.001	2.416.314
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.206.850	1.095.597	947.240	1.206.850	1.095.597	947.240
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	6.520.904	6.155.799	7.701.005	7.836.474	7.361.854	8.980.640
Debêntures públicas	58.124	53.237	50.023	58.124	53.237	50.023
Mútuo e Debêntures com partes relacionadas (Nota 24)	4.360.441	3.964.353	2.684.640	10.474.975	8.952.421	3.164.547
Subtotal	15.020.035	13.866.987	13.799.222	22.450.139	20.061.110	15.558.764
Custos de transação	(90.334)	(119.395)	(124.020)	(91.714)	(121.556)	(126.960)
Total	14.929.701	13.747.592	13.675.202	22.358.425	19.939.554	15.431.804
Circulante	11.045.059	10.230.530	2.259.612	13.013.574	11.691.481	2.528.653
Não circulante	3.884.642	3.516.962	1.415.590	9.344.851	8.248.073	12.903.151

Bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 76% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 476 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 150 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concretizados dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.

Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto.

Ressalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 ("PERT"), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão.

### (ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o art. 3º, da Lei nº 13.496/2017.

Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial - com todos os custos a ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

## 20. PROVISÕES

### Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	01/01/2016	2017	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Tributárias</b>				
(i) ICMS	279.993	249.809	210.412	425.280
(ii) ISS	67.292	62.064	64.869	72.125
(iii) ILL		3.172	6.882	3.172
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	4.577	28.286	27.162	19.959
(v) Demais ações	7.611	49.786	54.678	15.005
<b>Total</b>	<b>359.473</b>	<b>393.117</b>	<b>364.003</b>	<b>532.369</b>
<b>Trabalhistas</b>				
(i) Horas extras	129.866	18.277	36.426	389.381
(ii) Indenizações	43.512	6.047	12.882	135.943
(iii) Adicionais diversos	59.777	11.351	23.712	186.143
(iv) Estabilidade / reintegração	36.085	5.480	10.178	113.366
(v) Complemento de				
(vi) aposentadoria	18.227	3.450	6.691	55.823
(vii) Diferenças salariais	10.547	1.532	3.284	32.725
(viii) Verbas rescisórias	7.935	1.165	2.370	25.441
(ix) Multas trabalhistas	7.469	1.253	2.492	22.529
(x) Honorários advocatícios/periciais	4.142	757	3.544	17.159
(xi) Vínculo empregatício	8.009	1.617	2.828	24.027
(xii) FGTS	2.189	322	673	7.349
(xiii) Subsidiariedade	236	30	54	661
(xiv) Demais ações	16.742	2.665	4.990	54.243
<b>Total</b>	<b>344.736</b>	<b>53.946</b>	<b>110.124</b>	<b>1.064.790</b>
(i) ANATEL	1.933.108	766.899	757.816	2.019.380
(ii) Juizado Especial	52.789	98.421	98.230	130.898
(iii) Demais ações	351.553	354.377	295.746	482.329
<b>Total</b>	<b>2.337.450</b>	<b>1.209.697</b>	<b>1.151.792</b>	<b>2.632.607</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>3.041.659</b>	<b>1.656.760</b>	<b>1.625.919</b>	<b>4.229.766</b>
Circulante	155.138	176.907	293.613	352.713
Não circulante	2.886.521	1.479.853	1.332.306	3.877.053

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

### Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado	
	2017	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Tributária	21.122.441	19.923.379
		18.567.310